

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO
DIALÓGICO DE FORMAÇÃO**

MÔNICA PADILHA FONSECA

BRASÍLIA-DF, DEZEMBRO DE 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO
DIALÓGICO DE FORMAÇÃO**

COMISSÃO EXAMINADORA

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação –
Universidade de Brasília, sob orientação da professora Maria Alexandra Militão Rodrigues.

Professora Doutora Maria Alexandra Militão Rodrigues – Orientadora
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Mestre Maria Luiza Pereira Angelim – Membro da Banca
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professor Doutor Elício Bezerra Pontes - Membro da Banca
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Brasília, 4 de dezembro de 2008.

Dedico

à Marina, uma educadora
que ensinou felicidade.

A essa juventude
Que não corre da raia
à troco de nada.

Agradecimentos

À Alexandra, semeadora da autonomia e liberdade,
por aceitar de coração aberto esse desafio;

Ao Tatu, amor fruto do movimento estudantil,
pela total cumplicidade, sinceridade e crítica ao longo de toda a pesquisa;

A todos dessa família aguerrida:

À Lia, minha eterna companheira,
por viver todos os intensos momentos da minha vida junto comigo;

Ao Zé, pela grande influência na concepção desse trabalho,
Além da referência que representa para mim;

À minha Mãe, mulher-guerreira,
Agradeço pela sua existência e exemplo,
Apoiadora incondicional dos meus sonhos;

Ao meu Pai, motivador embrionário do envolvimento político da família,
Fonte viva da história do movimento estudantil nesse trabalho;

Ao Antônio, irmão-pesquisador,
que mesmo longe se fez presente nessa pesquisa;

À Olívia, Débora, Júlia e Luiz Fernando,
Que não poderiam ficar de fora, em uma família unida, que se completa;

Aos educadores do movimento estudantil,
em especial àqueles que contribuíram na minha formação no movimento estudantil:
Zé, Tatu, Gabi, Pops, Artuzinho, Dimitri, galera da ocupação e do CAPE;

Aos sujeitos-colaboradores dessa pesquisa, que me ajudaram nessa co-autoria;

(sem essas pessoas, em diferentes aspectos, esse trabalho não teria acontecido)

A saudade que eu sinto
Não é saudade da dor de chorar
Não é saudade da cor do passado
Que deixa grudado meu pé neste chão
Não é a tristeza que queima o peito
Não é lamentar o que nunca foi feito
Não é a doença que acaba com a gente
Deixando esmagada a vida no chão
É a estranha saudade do que ainda não vivi
É a raça e o sangue de um simples moleque
Que leva na ponta da língua a todos os cantos
O sal e o doce da palma da mão
É a garra e a alegria de um simples menino que acredita nas pessoas e no futuro
Que seja fruto da força imensa de nossos corações
(Gonzaguinha)

Falo assim sem saudade,
Falo assim por saber
Se muito vale o já feito,
Mas vale o que será
(Ivan Lins e Fernando Brant)

ÍNDICE

RESUMO	7
ABSTRACT	8
APRESENTAÇÃO.....	9
JUSTIFICATIVA	10
OBJETIVOS	12
CAPÍTULO I – HISTÓRICO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	13
1. O movimento estudantil na América Latina.....	13
1.1. O movimento estudantil no Brasil.....	14
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	30
2.1 Conceitos e características.....	30
2.2 Estrutura do movimento estudantil.....	33
2.3 Desafios atuais do movimento estudantil	40
CAPÍTULO III - ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	45
3.1 Educação Libertadora: significados e práticas	45
3.2 Pontes entre a Pedagogia da Libertação e o Movimento Estudantil	48
3.2.1 A práxis de recriar o mundo	48
3.2.2 Democracia como prática de liberdade	50
3.2.3 Relações dialógicas.....	52
3.2.4 O Diálogo com Autonomia.....	53
3.2.5 A pedagogia da problematização.....	55
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	60
1. Pressupostos Metodológicos.....	60
2. Instrumentos da pesquisa.....	62
3. Caracterização dos sujeitos-colaboradores.....	63
CAPÍTULO V - A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DO DIÁLOGO: TRANSFORMANDO AS EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CONHECIMENTO	65
1. Experiências relacionadas ao movimento estudantil.....	65
2. O movimento estudantil como espaço de formação.....	71
2.1 Possibilidades de aprendizagem: o que se aprende?	71
2.2 Uma didática do movimento estudantil: Como se aprende?	78
2.3 A significação do processo formativo: qual o sentido da aprendizagem?.....	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	94

RESUMO

Este Trabalho Final de Curso de graduação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília trata de pesquisar o movimento estudantil como um espaço de formação. Para isso, foi baseado na concepção de educação libertadora, a partir principalmente das idéias do educador Paulo Freire, com contribuições de outros autores, destacando Juan Diaz Bordenave. A pesquisa desenvolvida foi a partir de uma perspectiva qualitativa, em que se analisaram as idéias de um grupo pequeno de sujeitos-colaboradores (11 estudantes) que participaram de forma intensa dentro do movimento estudantil. Essa pesquisa foi elaborada com estudantes da Universidade de Brasília, que fizeram seus cursos no período entre 2002 e 2008. Com esse estudo conseguimos sistematizar várias experiências, demonstrando que o movimento estudantil é um espaço efetivo de formação no domínio e construção de saberes, no desenvolvimento de habilidades e competências de expressão e comunicação, de construção coletiva e democrática, de formação política e de cidadania, enfim, de formação humana libertadora.

Palavras chave: movimento estudantil, educação libertadora.

ABSTRACT

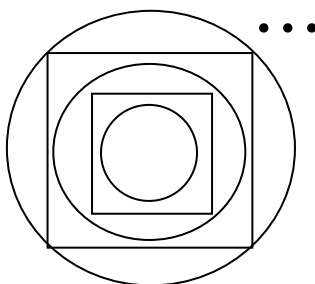
This is a Pedagogy undergraduate conclusion work from Universidade de Brasília, which investigates the educational development inside student activism. This study is based on the free and dialogical concept of education, which has in Paulo Freire its main author. This is a qualitative research and the necessary information to support the theme was gathered from answers from a small group of students that spent a great amount of time in student activism. They are students from Universidade de Brasília and course their undergraduation between 2002 and 2008. This work organized the student's experiences showing that student movement is an important space to build knowledge, develop communication skills, live a real democracy, educate in politics and citizenship, that is, to create free human beings.

Key words: Student Activism, education for freedom.

APRESENTAÇÃO

A melhor forma de apresentar um trabalho é explicando o seu tema. Em “O movimento estudantil como espaço dialógico de formação”, partimos da necessidade de compreender, o mais amplamente possível, sobre esse assunto que é o movimento estudantil. Assim, fizemos nesse trabalho uma pesquisa sobre a história (capítulo I) e as características do movimento estudantil (capítulo II), para o entendermos na sua totalidade. Já o terceiro capítulo se refere a segunda parte desse tema: “um espaço dialógico de formação”, em que fazemos um estudo sobre a educação a partir de uma concepção libertadora. Dessa forma pensamos que o movimento estudantil só poderia ser um espaço formador se fosse um espaço dialógico.

Para isso, temos que entender a *formação* não como um momento das pessoas se encaixarem em “fôrmas”, mas como um processo em que a relação entre as pessoas é aquela em que “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 1996, p.23). Além disso, o movimento de formação não é fixo, ele é dinâmico. Podemos usar o exemplo de uma mandala para entender esse movimento: em que se passa por momentos de adequação (quadrado da mandala) e o momento de expansão (círculo), esse movimento é contínuo e, podemos até dizer, infinito, como mostra a figura a seguir:



Para demonstrar de que maneira o movimento estudantil se constitui como espaço de formação, foi necessário fazer uma pesquisa com sujeitos que participaram efetivamente desse espaço e, refletindo sobre suas experiências, trouxeram elementos importantíssimos para percebermos os aspectos particulares da formação no movimento estudantil.

Essa será a tônica desse trabalho, um diálogo constante entre os autores, entre as teorias, entre os assuntos e entre os sujeitos-colaboradores da pesquisa. Esse trabalho não pretende ser um fim nem um começo, mas uma contribuição para a formação contínua do educador nos múltiplos espaços de ensino-aprendizagem no contexto da universidade pública.

JUSTIFICATIVA

A minha escolha em escrever sobre a experiência do movimento estudantil como uma prática educativa fundamental para a formação surgiu por duas razões principais. A primeira refere-se à minha trajetória educativa na UnB e a segunda às perspectivas profissionais que anseio. Vou explicar...

Refletindo sobre como conduzi minha trajetória na FE-UnB, percebi que trilhei o meu percurso de forma diversificada, pelo fato de sempre me rodear da dúvida sobre o que fazer e sobre o que gosto, assim, eu vi que faria muitas coisas e gostava de muitas mais ainda. Perpassei pela temática do gênero, políticas públicas, me interessei pela filosofia na escola, pela educação a distância, cheguei até a trabalhar com jovens e adultos em um projeto de inclusão digital. Porém vi que existia algo que conseguiu trazer uma unidade em praticamente todos os semestres que passei por aqui: o movimento estudantil.

Essas experiências ao qual relatei em meu memorial trouxeram uma formação que não conseguia ver em nenhum outro espaço em que já havia participado. Mesmo vendo que o movimento estudantil era um espaço muito rico, acabei desanimando quando via que estávamos muito distantes dos estudantes, as pessoas não se interessavam em participar das discussões e decisões importantes na Universidade, além das disputas infundadas dos grupos dentro do movimento estudantil. Fui tocando a vida, quando em 2008, outro momento educativo e político de extrema importância aconteceu. A ocupação da reitoria pelos estudantes, quando conseguimos a renúncia do Reitor e Vice-Reitor dos cargos, reativou toda crença que o movimento estudantil ainda era um espaço de intervenção na realidade, e que os grupos e estudantes unidos tinham uma força que eu não imaginava. Todas essas experiências e aprendizados fizeram com que eu pudesse relacionar a tal práxis que tanto falávamos nas salas de aula com alguma coisa real. Por isso, não poderia deixar de fora da minha culminância de formação na faculdade (minha monografia), aquilo que me fez entender muitas vezes o que é a Pedagogia.

A segunda razão pela escolha desse tema veio justamente na perspectiva de contribuir para minha atuação profissional. Finalmente, depois de tantas andanças por áreas diversas, decidi que, como pedagoga, quero trabalhar nas escolas (de preferência públicas) como professora de crianças. Para isso, tentarei fazer desse trabalho mais uma das tentativas de formação que me falta (e que sempre me irão faltar), mas sinto como buraco na formação em nosso currículo. Esse trabalho me ajudará a teorizar aquilo que eu vivenciei no movimento estudantil com as concepções e experiências pedagógicas que existem, visto que eles se

relacionam em diversos aspectos. Creio que esse trabalho contribuirá para a sistematização das práticas formativas no movimento estudantil, ajudando nas práticas futuras desse movimento. Pode servir de exemplo para outros processos educativos, pois muitos deles, engessados por uma estrutura arcaica, poderiam vislumbrar uma mudança ao se espelhar em algo concreto, diferente e transformador.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Analisar em que medida o movimento estudantil é um espaço de formação dialógico e libertador.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a estrutura e a dinâmica do movimento estudantil, bem como seu percurso histórico;
- Relacionar a educação libertadora com os processos pedagógicos do movimento estudantil;
- Confrontar o processo pedagógico vivenciado no movimento estudantil com o da sala de aula, no contexto da universidade;
- Analisar as percepções dos sujeitos-colaboradores acerca do sentido dos processos formativos vivenciados no movimento estudantil.

CAPÍTULO I – HISTÓRICO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

1. O movimento estudantil na América Latina

A história do movimento estudantil na América Latina esteve relacionada, principalmente ao contexto político e aos fatos históricos de cada país, assim como à identidade deste continente. Ao analisarmos os momentos de maior mobilização estudantil, percebemos que estes estão estreitamente ligados às situações de crise política que a sociedade passa. Os “exemplos mostram a dependência conjuntural do movimento estudantil com respeito aos problemas políticos nacionais” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 73). Outra questão importante é perceber a identidade do movimento estudantil do Brasil com o da América Latina, como Arthur Poerner, estudioso da história desse movimento, coloca: “A rebelião da juventude brasileira é, com algumas peculiaridades nacionais, a rebelião de toda a juventude da América latina” (1968, p.38).

A partir dessa identidade comum, Albuquerque consegue relacionar três características do movimento estudantil da América Latina, que são: “orientações definidas em função da problemática do desenvolvimento, reivindicações em nome de outros atores sociais e falta de base social definida” (1977, p. 76). Essas particularidades surgem de algumas características peculiares desse movimento social, afinal os estudantes não podem ser enquadrados em uma classe social, já que sua condição primeira de ser é “estudar em uma instituição educacional”, e não a da camada social a que pertencem. Por pertencer ao movimento estudantil, os participantes também sofrem de uma problemática única comparada a outros movimentos sociais e sindicais, que é a alta transitoriedade. Por exemplo, no ensino superior (onde o movimento estudantil é mais forte), a vida estudantil do militante é de aproximadamente 5 anos, enquanto que nos outros movimentos pode-se passar a vida toda militando.

Albuquerque (idem) entende o movimento estudantil como um dos poucos movimentos sociais que consegue manter sua autonomia diante do Estado, e definir suas reivindicações com um caráter político, econômico e cultural. Diferente dos sindicatos, que pautam suas reivindicações, com raras exceções, em um plano meramente salarial.

Ele coloca também que a diferenciação dos movimentos estudantis de um país para outro na América Latina se dará essencialmente nos diferentes temas abordados e nas suas formas de ação (ibidem). Por isso, para fundamentar sobre qual movimento estudantil estamos falando – que tem como recorte temporal o início do século XXI e o espaço da Universidade de Brasília - é importante conhecer um pouco mais sobre como foram as ações desse

movimento a partir de temáticas do nosso país: o Brasil; considerando que nossa história de luta, de uma maneira geral, se identifica muito com a de outros países da América Latina.

1.1. O movimento estudantil no Brasil¹

Parafraseando Poerner, este capítulo “pretende destruir, de uma vez por todas, argumentos do tipo: ‘Estudante é para estudar’. A verdade histórica é que é tradição, no Brasil, a participação dos estudantes na vida pública” (1968, p.35).

Para se entender o movimento estudantil no Brasil, é importante saber que esse passou por três momentos para se constituir no que ele é hoje. O Primeiro momento se caracteriza pela **atuação individual** e elitizada dos estudantes, o segundo pelo caráter **coletivo** e por fim por uma atuação **organizada e institucional**. Essa divisão é baseada no livro *Movimento estudantil no Brasil* de Antonio Mendes Jr (1981).

A primeira participação dos estudantes no Brasil em uma manifestação foi no período colonial, em 1710. A invasão de mais de mil soldados franceses ao Rio de Janeiro impulsionou 400 jovens, na sua maioria estudantes de conventos e colégios religiosos, a revidar, mesmo com armas desiguais, os invasores. Para Mendes Jr, esse fato marca apenas cronologicamente, já que ali os manifestantes estavam mais imbuídos de um sentimento de defesa contra os corsários que de uma ação político-ideológica propriamente dita.

Outros fatos que marcam essa participação política mais individualizada dos estudantes se devem em grande parte à influência daqueles que estudavam no exterior e traziam das grandes Universidades como Coimbra e Montpellier, os ideais iluministas e liberais que fervilhavam na época e acabaram eclodindo na Revolução Francesa. Alguns deles foram líderes que tiveram sua importância na luta pela independência do Brasil.

Em 1808, surge a primeira faculdade no Brasil – A Escola de Medicina na Bahia. E em 1827, são criadas as Academias de Direito de Olinda e São Paulo². Com isso, os debates políticos estudantis começam a ocorrer aqui no próprio país, não impedindo “que muitos filhos da oligarquia paulista e do latifúndio pernambucano se engajassem, tão pronto ingressavam na Universidade, nas campanhas estudantis pela Abolição da Escravatura e Proclamação da República” (POERNER, 1968, p.53). Isso não fez, entretanto, que se tivesse uma ação mais coletiva dos estudantes, ainda muito incipiente e elitista na época.

¹ Veja a linha histórica dos fatos que marcaram o movimento estudantil no Brasil de forma cronológica no anexo desse trabalho.

² “É curioso observar que, à época, as escolas superiores já haviam surgido, com grande antecedência, na América de origem espanhola, o que é geralmente explicado à luz da diferença com que os colonos espanhóis e portugueses encaravam sua vinda para o Novo Mundo”. (POERNER, 1968, p.53)

Passa-se então, até 1860, por uma “trégua política estudantil” marcada pela mobilização cultural, principalmente na literatura, com Álvares de Azevedo, José Alencar e José Bonifácio, todos então, estudantes da Faculdade de Direito em São Paulo. A “mudança no conteúdo da poesia, que se tornou socialmente participante, com Castro Alves na Bahia e Tobias Barreto, na Faculdade de Direito Pernambucana, (...) devolveu, numa seqüência lógica, os estudantes à política” (Idem, p.56)

Começa então, com a luta pela Abolição e a República, a fase coletiva do movimento estudantil. A partir de 1870, surgem vários Clubes Acadêmicos Republicanos e/ou Abolicionistas, inclusive grupos estudantis de ação mais direta que estimulam e auxiliam escravos à fuga e abrigo. Na luta republicana a juventude das escolas militares adere à campanha, simbolizado (e bem repercutido) em um episódio na Escola Militar da Praia Vermelha, onde o cadete Euclides da Cunha (agora famoso, mas antes desse fato nem tanto), junto com sua companhia em continência em frente ao Ministro da Guerra, atira seu sabre no chão e sozinho grita: “Viva a República”. Euclides, posteriormente, relata que não era o caso de desrespeitar o ministro, mas sim de um acordo de protesto que falhou.

Com a conquista da República e Abolição há uma relativa calma nas atividades políticas estudantis, que é compensada pela forte mobilização no segundo governo republicano de Floriano Peixoto, no qual a juventude militar exercia o papel de “guarda militar” desse governo, contra os monarquistas da época. Os estudantes também não poderiam deixar de se posicionar contra o massacre de Canudos, se contrapondo à imagem do Exército nacional, que “julgava estar lavando a honra manchada” (Ibidem, p. 70).

O movimento estudantil institucional e organizado no Brasil tem grande influência do movimento dos estudantes da Universidade de Córdoba. É a partir dele que o movimento estudantil começa a traçar as suas bandeiras de lutas a partir de uma identidade estudantil, é onde começa a se pensar a universidade e sua função. Esse movimento é anterior à criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), e contribuirá com elementos importantes em alguns momentos da história dessa entidade.

- **A influência da Rebelião de Córdoba**

A luta dos estudantes da Universidade de Córdoba na Argentina, em 1918, é um marco da mudança no movimento estudantil, tanto no conteúdo das reivindicações quanto na prática interventiva. Os estudantes lutavam pela “reestruturação da universidade baseada em valores modernos como a democracia, a participação e a autonomia. [É o início de] uma nova época,

onde a universidade torna-se também crítica dela mesma e de suas práticas de reprodução social” (MESQUITA, 2006, p.63).

Podemos verificar que muitos dos motes exigidos no movimento de Córdoba iniciam bandeiras de luta que são até hoje do movimento estudantil, como “a democracia no acesso, na gestão, na representatividade; a participação mais horizontalizada e a criação dos espaços de decisão na universidade que incorporassem seus mais variados segmentos; além da autonomia administrativa, política e financeira da universidade” (idem, p.64).

Podemos também notar no Manifesto de Córdoba, “Da Juventude Argentina de Córdoba aos homens livres da América” (1918), que eles também já se posicionavam contra um modelo liberal de reforma universitária: “Agora advertimos que a recente reforma, sinceramente liberal, trazida à Universidade de Córdoba (...) não inaugurou uma democracia universitária; sancionou o predomínio de uma casta de professores” (Idem). Além disso, pautavam em seu manifesto a discussão da função pública da universidade: “As funções públicas se exercitavam em benefício de determinadas camarilhas” (Ibidem).

As táticas de ação também mudam, começam a surgir greves estudantis, enfrentamentos com a polícia, ocupações de universidades, mostrando a força mobilizadora dos estudantes. No mesmo manifesto, essa mudança de estratégia é sinalizada no seguinte trecho: “nos apoderamos do salão de atos, (...) e mil estudantes assinaram sobre o mesmo púlpito do reitor, a declaração de greve por tempo indeterminado” (Ibidem).

Outra questão muito evidente nessa mobilização era uma consciência de pertencimento dos manifestantes a uma identidade de luta latino-americana: “A única porta que fica aberta para nós à esperança é o destino heróico da juventude. O sacrifício é nosso melhor estímulo; a redenção espiritual das juventudes americanas nossa única recompensa, pois sabemos que nossas verdades são de todo o continente” (Ibidem).

Os argentinos de Córdoba sabiam que sua luta representava o sentimento daquele continente.

A experiência de Córdoba, certamente, foi paradigmática para o movimento estudantil latino-americano. As conseqüências dessa luta ressoaram em vários outros países, sob diferentes formas e tempos. A concepção de representatividade estudantil na gestão da universidade, a criação de entidades estudantis institucionalmente formalizadas, entre outras, serão algumas das heranças deixadas por este movimento em alguns países latino-americanos (MESQUITA, 2006, p. 65).

No Brasil alguns grupos políticos já se organizavam, e algumas tentativas de unificar nacionalmente o movimento surgiram no frustrado 1º Congresso Nacional dos Estudantes em

1910, e na campanha por uma Federação de Estudantes Brasileiros, em 1924, divulgada pelos estudantes da Faculdade Nacional de Direito, empolgados com a organização dos Argentinos depois do movimento de Córdoba.

- **A UNE**

Nascida no finalzinho da Segunda República, em 12 de agosto de 1937, (...) fruto de uma tomada de consciência, quanto da necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa História (PORNTER, 1968, p. 131).

No começo, com a sede ligada à Casa do Estudante do Brasil - uma entidade dirigida por uma presidente vitalícia muito apática a temas políticos - e com uma simpatia do governo Vargas, a UNE ainda traduzia-se em ações tímidas e ambíguas. Um fato que expressa essa concepção no início da entidade, foi que no seu 1º Conselho Nacional dos Estudantes, o de sua fundação, “aprovou-se, logo de saída, uma proposta (...) proibindo, expressamente a discussão de temas políticos” (idem, p. 137). Foi somente com a Segunda Guerra Mundial e a luta anti-fascista que a UNE começou a organizar uma ação mais direta e politizada da entidade.

Em 4 de julho de 1942, a UNE realiza com apoio de alguns setores, inclusive da ala mais liberal do governo de Getúlio, uma passeata estudantil antitotalitária, contra o nazifascismo, mas que acabava por contestar o Estado Novo e a ditadura Vargas. Essa manifestação foi importante para que as forças políticas perseguidas pelo governo pudessem se organizar. Aproveitando a vitória da passeata, mesmo com vários artifícios de setores conservadores tentando impedi-la, os estudantes ocuparam o Clube Germânia – foco de espionagem e propaganda pró-nazista, que fora fechada após entrada do governo ao grupo dos Aliados. Então, a sede da UNE passa a ser localizada na Praia do Flamengo, nº 132.

Em 1945, os movimentos organizados conquistam a anistia dos presos políticos da ditadura e o governo Vargas é deposto. Como vemos, existia um forte alinhamento das lutas estudantis com as demandas e anseios gerais da sociedade. Isso foi fundamentalmente importante para a constituição e fortalecimento dessa entidade que conquistava mais e mais o seu espaço (MESQUITA, 2006, p. 67 e 68).

As lutas seguintes da UNE tiveram um caráter mais nacionalista, pelo desenvolvimento, crescimento e soberania do país. Na gestão do Partido Socialista Brasileiro na UNE, com uma ampla campanha, foi conquistada a gratuidade do ensino universitário. Em

1952, mesmo com uma direção mais conservadora, o estatuto progressista da UNE forçou tal gestão a aderir à campanha “O Petróleo é Nosso!”, que se desdobrava em duas frentes: a do monopólio estatal do petróleo - pela defesa das riquezas minerais brasileiras; e da criação da Petrobrás.

Diante das vitórias nos anos 40 e 50, e com a ebulição mundial de disputa de ideologias – capitalismo x socialismo, a década de 60 foi marcada por um movimento estudantil muito envolvido com a política e a cultura do país. Retomada a direção da UNE pelo grupo Ação Popular, é impulsionada novamente uma maior mobilização e participação estudantil. Dessa forma, rompe-se a cultura de que a UNE não se envolveria em confrontos partidários, e com a liderança de Aldo Arantes a UNE desloca sua diretoria para o Rio Grande do Sul, para fortalecer a Campanha da Legalidade, pela posse do então vice-presidente João Goulart.

A cultura política começa a ser outra: impulsionada pela ascensão da esquerda no poder via João Goulart, muitas organizações e movimentos sociais se afirmavam na época. A vida social passava agora pela agitação dos grandes centros urbanos. Com o crescimento econômico e expansão do ensino superior, novas pautas começam a surgir no movimento estudantil, o modelo universitário construído a partir de 1945 não contemplava esse novo modelo de sociedade, tampouco a ascensão da classe média urbana a esse ambiente.

A herança de uma estrutura hierarquizada, excludente, elitista, ‘neutra’, distante da sociedade, deveria ser abolida. Fazia-se necessário postular uma nova concepção de universidade que considerasse as reais necessidades da população. Foi assim que o movimento estudantil iniciou a luta pela reforma universitária, que se estendeu durante toda a década (MESQUITA, 2006, p.71).

Foi a partir dessa demanda que a UNE organizou dois importantes Seminários Nacionais de Reforma Universitária, o primeiro realizado em Salvador, que criou “um dos mais importantes textos programáticos do movimento estudantil” (POERNER, 1968, p.200). Nesse documento os estudantes se posicionavam em relação à *Realidade Brasileira*, à *Universidade no Brasil* e à *Reforma Universitária*. Vendo a necessidade de se aprofundar o tema da reforma universitária, pouco aprofundado no seminário da Bahia, é realizado o segundo seminário no Paraná, que trazia como eixo os seguintes temas: *Fundamentação teórica da Reforma Universitária*, *Análise crítica da Universidade brasileira* e *Síntese final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária*.

Esse movimento mostra uma clara organização do movimento estudantil em se capacitar para ter ferramentas fortes para o debate ideológico que se travava sobre a

universidade; tanto que, nos dias atuais, conseguimos enxergar diversos traços e reivindicações que foram semeados nessa época. Talvez essa continuidade das mesmas reivindicações se deva ao fato que, no momento em que se pensava a universidade com ideais mais socialistas e se mobilizava para transformações mais libertárias, houve uma ruptura dessa movimentação com o golpe de 64.

Poerner pontua algumas idéias da discussão nos Seminários Nacionais de Reforma Universitária:

Dentro da mesma linha anticapitalista e revolucionária da Declaração da Bahia, a Carta do Paraná quer a universidade como expressão de um humanismo integral, a que repugna o homem dividido em compartimentos estanques. Uma Universidade antidogmática, que seja, ao mesmo tempo, uma frente revolucionária e uma expressão do povo, imune assim de discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social (2006, p.203).

Além disso, já se discutia o papel do Ensino Médio como sendo puramente uma preparação cultural para os cursos universitários.

A radicalização dessa discussão em uma luta nacional concreta se deu em 1962 na “Greve de um Terço”. A reivindicação básica era que o estudante tivesse 33% na representação dos colegiados e conselhos universitários. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 assegurava que a autonomia universitária decidisse sobre esse peso, assegurado no estatuto de cada instituição. Isso levou a UNE fazer uma massiva campanha, se utilizando de caravanas denominadas “UNE volante”, em que a discussão política ocorria em conjunto com a intervenção artística. Caso a reivindicação não fosse atendida até dia 1º de junho, seria deflagrada a greve estudantil. Com 90% de adesão, a greve de um Terço paralisou a maioria das 40 universidades da época. Embora sem alcançar o objetivo inicial, essa mobilização fortaleceu o movimento estudantil nacional e colocou em evidência a reforma universitária diante da opinião pública.

Esse movimento de mudança de mentalidade política fez com que houvesse uma grande mobilização dos estudantes no movimento de cultura popular. Fundados os CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, os estudantes se engajaram na música, cinema, teatro, trabalhando junto com o povo na construção de uma cultura social de protesto. Inclusive o CPC organizou vários grupos de estudantes que participaram ativamente do Campanha de Alfabetização de Adultos liderada pelo educador Paulo Freire, que, mais que ensinar a leitura das palavras, conscientizava para uma leitura de mundo.

É nessa ebulição de ideais e ações transformadoras, que todos os movimentos sociais da época recebem uma bordoadas com a ocorrência do Golpe militar de 1964.

- **Movimento Estudantil na Ditadura Militar**³

São tantas lutas inglórias
 São histórias que a História
 Qualquer dia contará
 De obscuros personagens
 As passagens, as coragens
 São sementes espalhadas nesse chão
 De Juvenais e de Raimundos
 Tantos Julios de Santana
 Dessa crença num enorme coração
 Dos humilhados e ofendidos
 Explorados e oprimidos
 Que tentaram encontrar a solução
 São cruces sem nomes
 Sem corpos, sem datas
 Memória de um tempo onde lutar por seu direito
 É um defeito que mata
 E tantos são os homens
 Por debaixo das manchetes
 São braços esquecidos
 Que fizeram os heróis
 São forças, são suores
 Que levantam as vedetes
 Do teatro de revista
 Que é o país de todos nós
 São vozes que negaram
 Liberdade concedida
 Pois ela é bem mais sangue
 Ela é bem mais vida
 São vidas que alimentam
 Nosso fogo da esperança
 O grito da batalha
 - Quem espera nunca alcança!
 Ê Ê quando o sol nascer
 É que eu quero ver
 Quem se lembrará
 E eu não quero esquecer
 Essa legião que se entregou
 Por um novo dia
 E vamos à luta!
 (Gonzaguinha)

Podemos dizer que o que aconteceu no movimento estudantil depois de 1964 representou o principal marco da luta estudantil no Brasil. Além de ser protagonista na luta

³ Como o momento mais marcante de toda a história desse movimento foi durante a Ditadura Militar, seria muito desafiador explicitar o sentimento, as conquistas, a estrutura, os principais fatos da época, sem um detalhismo exacerbado. Por isso, fui atrás de relatos de pessoas que viveram na época e que teriam muito mais propriedade de fazer essa síntese. Assim, essa parte do capítulo, é baseada essencialmente, no artigo de Franklin Martins (2004) – prefácio do livro “A Rebelião dos Estudantes”, e na contribuição oral de um ex-estudante da Universidade Federal do Goiás, que militou no movimento estudantil na época da ditadura – Rubem Fonseca Filho. Ele me ajudou a construir e revisar esse sub-tópico, relembrando de fatos importantes e qual era o sentimento da época.

pelo fim da ditadura, o movimento estudantil daquela época simboliza hoje a maior referência de mobilização juvenil para os estudantes.

Em 1968, praticamente em todas as capitais e grandes cidades brasileiras, os estudantes promoveram passeatas, panfletagens, pichações, greves, comícios relâmpagos, falas dentro de ônibus e antes das sessões de cinema e teatro. Em todas estas ações os estudantes denunciavam os atos arbitrários da ditadura, a falta de liberdades democráticas, as torturas promovidas pelo regime. Os estudantes defendiam uma universidade, livre, autônoma, gratuita, democrática e popular, e se posicionavam contra a reforma universitária proposta pela ditadura através do acordo MEC/USAID. A agitação estudantil tomou conta do país, com apoio dos intelectuais, cantores e artistas, sobretudo da classe média. Com o pipocar das greves dos bancários de Belo Horizonte, dos metalúrgicos de Contagem (MG) e de Osasco (SP) a ditadura, com medo de perder o controle da situação, dá um golpe dentro do golpe decretando, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5.

No momento em que a ditadura assina o AI-5, o movimento estudantil promovia encontros descentralizados em todo o Brasil elegendo sua nova direção para UNE (tendo em vista que seu congresso tinha sido dissolvido por forças policiais, no dia 14 de outubro de 1968, em Ibiúna-SP).

Para melhor entender o movimento estudantil na época da ditadura, torna-se necessário abordar algumas questões gerais e acontecimentos que impactaram fortemente a sociedade brasileira, com desdobramentos que chegam até os dias de hoje e influenciam a política, os costumes e o comportamento. Naquela época a juventude vivia um tempo fervilhante de idéias e ideais, era um tempo aguerrido, um momento especial da História onde pulsava fortemente corações e mentes.

O Brasil tinha acabado de passar por um processo intenso de agitação política, com a luta pelas reformas de base durante o governo João Goulart, luta esta apoiada pelos sindicatos de trabalhadores, ligas camponesas e pelo movimento estudantil. Tinha-se acabado de construir a nova capital, com os traços revolucionários de Lúcio Costa e Niemeyer. Na música brasileira a bossa nova não só revolucionava a harmonia e o ritmo da nossa música, como também expressava nas suas letras questões sociais e políticas. Na literatura, as obras de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Vinícius de Moraes, Thiago de Mello (escritores de esquerda), encantavam os estudantes e o meio cultural brasileiro. No esporte tínhamos ganhado no futebol duas copas (1958 e 1962), no boxe Éder Jofre se tornou campeão mundial na categoria dos pesos galo em 1960 e manteve o título até 1965, no tênis Maria Esther Bueno de 1960 a 1968 ganhou campeonatos no mundo todo, Biriba no tênis de mesa de 1958 a 1966

ganhou vários campeonatos internacionais. No cinema surgia o “cinema novo” construído por uma nova geração de cineastas universitários como Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Paulo César Saraceni e muitos outros que afirmavam que o ponto de partida deveria ser um mergulho na realidade sócio-político-cultural brasileira, estes cineastas ganharam vários prêmios em importantes festivais internacionais. Os grupos Teatro Oficina e Teatro de Arena abrem uma nova etapa e consagram uma verdadeira proposta estética e sócio-cultural no teatro brasileiro; sobressaem nomes como: Guarnieri, Zé Celso, Boal, Vianninha, Dias Gomes, Plínio Marcos e tantos outros. Na ditadura, além da cerrada censura, os atores de teatro sofreram brutal violência de grupos paramilitares de extrema direita. Na pintura, as telas de Portinari e Di Cavalcante, que retratavam a realidade do povo brasileiro, geraram muitas polêmicas e ganharam admiração e reconhecimento internacional com a originalidade de seus traços.

Toda esta ebulição política, cultural e de criatividade despertou em todo nosso povo, em especial na juventude, uma grande auto-estima e uma grande esperança de um futuro melhor para o nosso país.

Do exterior vinham assuntos como: a revolução cubana, a revolução chinesa, a guerra do Vietnã, a corrida espacial entre USA e URSS, a luta dos negros nos USA, o Concílio Vaticano II com o Papa João XXIII, Beatles, cubismo, tipos de socialismo, comunismo, etc., que geravam discussões intermináveis e posicionamentos inconciliáveis dentro da sociedade brasileira.

Neste clima de intensa movimentação da sociedade, acontece a derrubada pelos militares do governo João Goulart e se instala no Brasil uma ditadura, que num primeiro momento cassa mandatos de políticos, prende e persegue intelectuais, líderes operários, camponeses e estudantis.

A luta pelas reformas de base durante o governo João Goulart (1962 a 1964) dividira a classe média. Uma parte dela, minoritária, vira na mudança das estruturas o caminho para a modernização do país e para a diminuição das injustiças sociais. A outra, majoritária, ao contrário, manipulada pela propaganda anticomunista, reagira furiosamente à bandeira das reformas. Pior: através de suas lideranças, batera às portas dos quartéis pedindo a deposição do presidente constitucional, na expectativa de que, afastado Jango, as Forças Armadas entregassem aos políticos de direita o comando do país. Não foi isso, porém, que aconteceu. Deposto o presidente, a cúpula militar organizou uma ditadura que não só esmagou a esquerda, as forças democráticas e as organizações populares, como, em pouco tempo, marginalizou ou relegou a posições decorativas líderes como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, que haviam apoiado o golpe.

A constituição da Frente Ampla, em 1967, reunindo Goulart, Lacerda e Juscelino Kubitschek, em torno de uma plataforma centrada na redemocratização do país, de certa forma já indicara que os dois segmentos da

classe média haviam voltado a juntar seus trapos. Apesar dos ressentimentos e cicatrizes, estavam novamente sob o mesmo teto. Evidentemente, esse fato constituiu um tremendo impulso para o movimento estudantil. Em suas casas, de modo crescente, os jovens foram encontrando mais compreensão para seu sentimento contrário à censura, à falta de liberdade, ao obscurantismo, à mediocridade intelectual, à repressão. Em decorrência, nas salas de aulas, nos corredores, nas cantinas e refeitórios universitários, diminuiu o preconceito anticomunista e aumentou a troca de idéias. Rapazes e moças de formação conservadora abriram-se para as opiniões e os argumentos de seus colegas de esquerda. O resultado é que, em 1968, quando o movimento estudantil saiu às ruas e enfrentou a polícia, a classe média, em sua maioria, já tinha deixado para trás a divisão de 64. Ficou ao lado de seus filhos. (MARTINS, 2004, p. 13)

Nos anos 64, 65 e 66 não havia muita sintonia entre os estudantes politizados que queriam a derrubada da ditadura - e que atuavam distribuindo panfletos, denunciando arbitrariedades, pichando muros; e a massa de estudantes que buscava na universidade uma boa formação profissional. Os politizados tinham a simpatia da maioria dos colegas, mas não deixavam de ser um corpo estranho nas faculdades. No ano de 1967 a situação começa a mudar quando parte do acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a agência USAID dos Estados Unidos vem a público. O projeto da ditadura militar previa a privatização do ensino superior, a introdução de pagamento de mensalidades nas escolas públicas, a formação voltada às demandas das empresas privadas, a abolição da autonomia universitária, etc. Mudanças estas que batiam de frente com os interesses dos estudantes. Neste momento a ditadura abre um confronto com os estudantes universitários.

Em decorrência deste confronto, a liderança do movimento estudantil passa a mobilizar e a organizar as faculdades a partir dos problemas específicos da universidade, como: melhorias das condições de ensino, aumentos de verbas para educação, melhorias nos restaurantes universitários, aumentos de vagas; e consegue fazer a interligação destas questões específicas às questões mais gerais da sociedade, como: censura, falta de liberdade, repressão, etc. Nesse processo o movimento conscientiza grande parte dos estudantes sobre a importância da luta contra a ditadura militar. O movimento começa a receber maior apoio dos estudantes e tem a simpatia da classe média, crescendo tanto que adquire caráter de massas. Os estudantes politizados de esquerda, antes vistos somente como agitadores, ganham respeito e assumem a liderança do movimento. A partir daí o movimento estudantil se constitui no maior opositor do regime militar. A “setembrada” de 1967, com muitas greves e passeatas em todo o Brasil, é o aquecimento da grande explosão que foram as manifestações nos fins de março de 1968.

Nos países desenvolvidos, chegou-se ao fim do período de relativa calma política que se seguira desde o fim da II Guerra: revoltas estudantis em Paris, na Alemanha, na Itália e na Inglaterra, movimentos contra o racismo e a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, violentos protestos nas ruas de Tóquio e invasão da Tchecoslováquia pela URSS.

Já nos países mais pobres, os movimentos de libertação nacional colecionavam vitórias atrás de vitórias. A ofensiva do Tet, no Vietnã, semeando pânico entre as tropas norte-americanas, deixou claro que o triunfo do Vietcong era uma questão de tempo. Porém, no México, os estudantes protestavam contra a ocupação da Universidade Autônoma do México pelas tropas do Exército: “O protesto foi reprimido pelas Forças Armadas e até hoje não sabe o número real de mortos. Alguns falam em mais de 200 mortos” (AQUINO).

Esse turbilhão internacional produziu um caldo de cultura propício para o fortalecimento do movimento estudantil no Brasil. A liderança do movimento se perguntava: se os vietnamitas podiam vencer o país mais poderoso do mundo, por que o povo brasileiro não poderia derrubar a ditadura?

Talvez por ter se chocado tão frontalmente com a ditadura, o ME acabou sendo o estuário de um processo de mudanças muito mais amplo e profundo que se desenvolvia tanto no Brasil como no exterior. As saias subiam, os cabelos cresciam, a pílula se popularizava, os padrões sexuais se transformavam, os modelos tradicionais de casamento e educação familiar entravam em crise. As artes e a literatura buscavam novos caminhos, e os intelectuais e artistas descobriam que o mundo era muito maior e mais surpreendente do que eles imaginavam - e muito mais cheio de esperança. Vivia-se um tempo de mudanças, no qual tudo era possível - ou, pelo menos, tudo parecia possível” (...)

Não é a toa que as grandes manifestações atraíram escritores, atores, músicos, cineastas, jornalistas, artistas plásticos, mitos sexuais, intelectuais performáticos e iconoclastas de carteirinha. “É proibido proibir”, cantava Caetano. E como, na época, nada era mais proibido do que gritar “abaixo a ditadura”, quem estava contra alguma coisa ou queria mudar o mundo de alguma maneira sentia-se em casa numa passeata. (idem, p.15 e 16)

“Enquanto na França a luta dos estudantes não tem motivação política, no Brasil o movimento estudantil luta contra a ditadura imposta pelos militares” (AQUINO). Os franceses reivindicavam melhores condições de ensino, com ideais libertários contra a tradição da sociedade burguesa da época. “Ao contrário dos jovens franceses, que não tinham ligação com partidos políticos, os brasileiros eram, em sua maioria, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fiéis ao marxismo e muito bem organizados” (idem).

A explosão de 68 foi fruto também de uma profunda ruptura entre a juventude e a política tradicional. (...) Os políticos de direita eram os mais execrados, pois haviam apoiado o golpe e a repressão. (...) Em relação aos políticos democráticos, progressistas ou de esquerda, a desconfiança era de outra natureza. Eles haviam sido derrotados em 64 sem esboçar qualquer

resistência. Prometeram ao povo uma vida nova, mas, na hora H, deixaram-no sozinho. (...)

Para a maioria dos jovens que conduziram o movimento estudantil em 1968, a política só tinha dimensão moral se estivesse direcionada para a mudança na sociedade, e não para a conquista de cargos e posições. (...) Política era sacrifício, sacerdócio, entrega. Valia a pena? Fazia sentido? Claro. Afinal, não estávamos apenas querendo mudar o mundo. Também acreditávamos que era possível criar um homem novo, a começar por nós mesmos. (MARTINS, p. 16 e 17)

Diante desse contexto, no Brasil, no dia 28 de março de 1968⁴, a polícia militar da Guanabara (Rio de Janeiro) mata a bala o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, que participava de um protesto de estudantes contra o péssimo funcionamento do restaurante Calabouço. A morte deste jovem, de 17 anos, causa comoção, indignação e revolta, não só na juventude, mas impacta praticamente toda a sociedade brasileira. No dia seguinte, nas grandes cidades brasileiras, começam atos de protesto, passeatas, missas, comícios relâmpagos, pichações, faixas e panfletos contra a ditadura militar.

Durante todo o ano de 1968 ocorreram manifestações estudantis contra a ditadura e todas foram violentamente reprimidas, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, cassetetes, cavalaria, tiros, mortes e prisões. Os estudantes respondiam com pedras, *coquetel molotov*, bolinhas de gude para desestabilizar a cavalaria, pregos furando pneus de carros com o objetivo de paralisar o trânsito e com isto dificultar os deslocamentos das tropas de choque, incêndio de viaturas da repressão encontradas isoladas, enfim era quase uma verdadeira guerra.

No dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto contra a ditadura militar até então. Participaram da “passeata dos Cem mil” além de estudantes, intelectuais, artistas, padres e grande número de mães dos estudantes.

A Universidade de Brasília é novamente invadida por tropas militares, no dia 29 de agosto de 1968, com o objetivo de fazer cumprir o mandado de prisão de sete líderes estudantis. Honestino Guimarães, presidente da FEUB (Federação dos Estudantes de Brasília), foi preso e arrastado sob socos e pontapés. Segundo Gurgel (2004), a polícia retirou das salas de aula todos os professores e alunos, que foram levados com as mãos levantadas para a quadra de esportes da UnB; ali foi feita a triagem de 500 alunos sob a mira de metralhadoras e baionetas. Policiais invadiram dezenas de salas de aula, gabinetes e

⁴ As datas dos fatos históricos nesse capítulo foram consultadas em: http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm

laboratórios soltando bombas de gás lacrimogêneo, atirando a esmo e espancando indiscriminadamente alunos e professores. Deputados da ARENA e do MDB quando souberam da invasão foram para o local, bateram boca com a repressão e os mais exaltados foram também espancados. Este fato histórico é brilhantemente revivido e discutido por seus protagonistas 30 anos depois, no filme “Barra 68 – Sem perder a ternura” de Vladimir de Carvalho (2000).

No dia 03 de setembro o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, sob o impacto da violência e a truculência das forças policiais durante a invasão da UnB, discursa na Câmara dos Deputados, onde conclama as mulheres brasileiras a fazerem um boicote ao militarismo, propõe que não dançam e nem namorem com oficiais e cadetes, pede para as mães que evitem que seus filhos desfilem no sete de setembro junto com os algozes dos estudantes. Os Ministros Militares consideram o discurso ofensivo às Forças Armadas e solicitam à Câmara dos Deputados licença para processar Márcio Moreira Alves ((GURGEL, 2004)).

No dia 12 de outubro de 1968 o trigésimo congresso da UNE, realizado em um sítio em Ibiúna, pequena cidade do interior de São Paulo, próxima à capital, é dissolvido por forças policiais e militares. Cerca de 700 estudantes são presos. Praticamente toda a liderança do movimento estudantil brasileiro é presa. Todos são fotografados e fichados pelo DOPS. A maioria é solta, os principais líderes ficam nas prisões. De novo ocorrem nas grandes cidades passeatas e protestos contra a prisão dos estudantes em Ibiúna.

Numa histórica sessão, do dia 12 de dezembro de 1968, com 216 votos contrários, 141 a favor e 13 em branco⁵, a Câmara dos Deputados nega o pedido das Forças Armadas para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Os Deputados festejam cantando o Hino Nacional.

No dia seguinte, 13 de dezembro de 1968, é baixado o AI-5 (Ato Institucional nº 5), que autoriza o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas corpus. Neste mesmo dia é decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado – “só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República” (D’ARAÚJO, 2008).

⁵ Fonte: <http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/materia.asp?codJor=1380&codEdi=4>

Em dezembro, o AI-5 mostra a sua força e 11 deputados federais são cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. Em janeiro a lista de cassações chega a atingir não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal (idem).

Os militares consideraram que o AI-5 não era suficiente para conter o movimento estudantil: Em 26 de fevereiro de 1969, antes do início das aulas, edita o Decreto Lei nº477, que cria penalidades como demissões e expulsões, sem consideração judicial, de professores, funcionários e estudantes de estabelecimento de ensino público ou privado que colaborassem com greves, portassem material subversivo, etc. Estudante “subversivo” ficava proibido de estudar durante pelo menos três anos. “O 477 puniu 506 estudantes” (PORNER, 2004, p.277).

Com o AI-5 e o Decreto Lei nº477 em vigor, com a censura prévia, em todos os órgãos de comunicação. Proibidas as manifestações, atos e reuniões; com a repressão livre para efetuar prisões sem a necessidade de mandato judicial; o Brasil começa a viver um dos períodos mais tristes e terríveis da sua história, com prisões em massa, torturas, exílios, humilhações e perseguições. Neste momento o movimento estudantil se interrompe, com toda a sua liderança caçada e perseguida, acuada pela ditadura, há uma radicalização e a maior parte de sua militância engrossa as fileiras das organizações revolucionárias que defendem a luta armada contra a ditadura, entendendo ser a única forma de participação política que lhe restou.

Os militares, quando deram o golpe em 1964, tentou paralisar uma movimentação da sociedade brasileira, que acabara de vivenciar intensos momentos de liberdade democrática, nos anos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Num primeiro momento aprisionou e reprimiu os movimentos populares, cassou seus melhores políticos, fez intervenção nos sindicatos e incendiou a sede da União Nacional dos Estudantes. No segundo momento, com o AI5, calou o Brasil, em especial silenciou o movimento estudantil e institucionalizou a tortura e o terror.

A ditadura exorbitou em tudo, mas nem de longe previu que a juventude, num momento agudo da vida brasileira, através do movimento estudantil, ia fazer a maior, a mais corajosa, a mais ousada e a mais organizada resistência ao regime militar. Foram **cinco anos** de resistência e confronto contra a censura, contra a truculência, contra o autoritarismo, contra a falta de liberdade, contra a mediocridade intelectual, contra a repressão, contra a monstruosidade e a covardia que é a tortura. Os estudantes brasileiros travaram o justo combate contra a opressão e o obscurantismo. Escreveram uma página heróica da nossa história, muitos se tornaram mártires, mas com certeza construíram e articularam um forte, combativo e grandioso movimento.

- **Luta pela Abertura democrática e o Fora Collor**

Por força da escalada da repressão, a volta dos estudantes às ruas somente se daria em março de 1977, **oito anos** após a edição do AI-5 e o 477. Segundo Porner (2004), no dia 30 de março de 1977 cerca de 3 mil estudantes saem em passeata do campus da USP para o Largo do Pinheiros, em São Paulo, distribuindo uma Carta Aberta a População, elaborada em conjunto pelos DCEs da USP e da PUC. Os estudantes voltam às ruas com reivindicações bem concretas: mais verbas para educação, melhoria e defesa do ensino público e gratuito, revogação das punições impostas aos colegas e a libertação dos estudantes presos. A passeata mobiliza “mais de 70 mil policiais para bloqueio das vias de acesso ao centro” (2004, p.281) e tumultua a cidade provocando um imenso congestionamento no trânsito. O ditador Geisel, após dois dias, recorre ao “pacote de Abril” para fechar o Congresso, assegurar a maioria do partido governista, e alterar a Lei Orgânica da Magistratura.

Segundo Gurgel, no dia 31 de maio de 1977, uma histórica assembléia declarou a Universidade de Brasília em greve; a adesão a greve superou os 95%, incluindo alunos e professores. Após 8 anos os estudantes em passeata pelo campus, entre as palavras de ordem podia-se ouvir “Nós não temos medo, abaixo Azevedo” (2004, p. 287) (o reitor da UnB era o capitão de mar e guerra José Carlos Azevedo) e continuava “Abaixo a repressão, e também o capitão” (idem, p.287). Entre abril e maio pipocaram vários protestos e greves de estudantes em várias capitais e grandes cidades brasileiras. O ano de 1978 foi dedicado à organização e aos preparativos para o Congresso de Reconstrução da UNE. No primeiro dia de 1979 o AI-5 é revogado pela Emenda nº 11. No dia 30 de maio de 1979 a UNE estava reconstruída, embora ainda não reconhecida pelo governo, “representava mais de 1,3 milhão de universitários, era a primeira entidade nacional de massas a se reestruturar” (PORNER, 2004, p. 290).

Até o fim da Ditadura (março de 1985) os estudantes integram e engrossam os agitados movimentos por uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita, contra a Lei de Segurança Nacional, pelas Liberdades Democráticas e Pelas Diretas Já: movimento que leva milhões de pessoas as ruas em todo o Brasil.

Ante a gravidade de denúncias sobre corrupções, formação de quadrilhas, escândalos, banditismo no alto escalão do Governo Collor de Melo, os estudantes, com as caras pintadas, voltam às ruas em agosto de 1992, com bom-humor, alegria e irreverência, junto com milhões de brasileiros, todos unidos nas passeatas e comícios pela ética na política. As manifestações

empolgaram o Brasil e só acabaram com a derrubada do presidente Fernando Collor e a posse do seu Vice Itamar Franco em outubro de 1992.

Para finalizar esse capítulo, uma reflexão de Ann Mische sintetiza um pouco o como se encontra o movimento estudantil hoje depois de ter passado por tantos momentos e construções:

Apesar da dispersão no meio universitário, o movimento estudantil está longe de ser o corpo moribundo, caricaturizado na grande imprensa. Esmagado pela ditadura em 68. Mantendo-se na clandestinidade nos anos 70, reconstruiu-se de forma conflituosa na década de 80, hoje o movimento se encontra enfrentando dilemas e conflitos antigos, mas também impulsionados a experiências novas (1996, p. 3).

É a partir dessa reflexão que veremos no próximo capítulo o que é esse movimento estudantil hoje e quais são esses novos desafios que ele tem pela frente.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Este capítulo trata da caracterização do movimento estudantil atual. Explicaremos seu conceito e definição, sua estrutura e os desafios que enfrenta. Isso permitirá a compreensão do assunto que estamos estudando.

2.1 Conceitos e características

A primeira caracterização que podemos aferir do movimento estudantil é que ele é um movimento social. Para isso teremos que abrir um grande parêntese para explicar baseado de qual concepção de *movimento social* estamos falando.

- **Movimento Social**

Partindo do estudo de Maria da Glória Gohn (2000) sobre os diversos paradigmas de movimento social elaborados na sociedade, percebemos que para esse trabalho o paradigma que devemos usar é o referente à América Latina, já que reflete a identidade do movimento social nesse espaço. A autora começa a construir esse paradigma, pensando nos seus parâmetros e marcos conceituais que cerceiam a realidade dos movimentos sociais latino-americanos. Para isso precisamos compreender algumas diferenças que usualmente são confundidas no senso comum como sendo movimento social.

A primeira é a diferença entre *movimento social* e *grupo de interesses*. Por exemplo, um grupo que reivindica seus interesses na Câmara dos Deputados pode ser melhor caracterizado como lobbystas do que como movimento. Até porque, esse pode ser um grupo sem nenhuma identidade coletiva, mas que em determinado momento se viu junto na luta pela conquista de algum interesse comum. Para ser movimento social “esse grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade comum. Ser negro, ser mulher, defender as baleias ou não ter teto para morar são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação” (GOHN, 2000, p. 245).

Outra diferença é que uma *ação coletiva* não significa necessariamente um *movimento social*. Os protestos, rebeliões, invasões, luta armada etc. podem ser estratégias de ação de um movimento social, mas por si só, não se caracterizam como tal (idem).

Outro ponto importante de se levantar, e que se costuma fazer muita confusão, é que no momento que um movimento social se institucionaliza, ele deixa de ser movimento social. Por exemplo: “uma associação de moradores, se institucionalizada, é uma organização social. Mas faz parte de um movimento social mais amplo que é o movimento comunitário de

bairros” (ibidem, p.247). Assim como o DCE da UnB que é uma entidade institucional não pode ser considerado movimento social, no entanto, faz parte do movimento estudantil que é mais amplo e este sim é um movimento social.

Para sintetizar podemos dizer que o “movimento social refere-se à ação dos homens⁶ na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos - e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto” (ibidem, p. 247). A partir disso,

podemos ter duas acepções básicas de movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere a lutas sociais dos homens⁷, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos e etc. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado (ibidem, p. 247).

A primeira acepção tem uma característica mais cíclica, o movimento social ou está na busca do novo ou da manutenção/reposição do velho. Na segunda acepção, a força social daquele movimento naquele momento histórico é o que conta. Esse movimento se forma a partir de uma demanda ou reivindicação concreta que se torna o eixo norteador da luta social, independente do tamanho que irá se formar. Nas duas acepções pode-se aferir que nem tudo que muda na sociedade é fruto de ações dos movimentos sociais. Porém, eles são uma forma possível de transformação social (ibidem).

A partir dessa reflexão sobre o que é um movimento social, conseguimos afirmar que o movimento estudantil é sim um movimento social. Contudo, constatamos também que ele possui características específicas em relação aos outros movimentos sociais.

A singularidade do movimento estudantil se expressa através do seu caráter policlassista, marcado pela alta transitoriedade dos seus atores e, na maioria das vezes, um movimento determinado pela conjuntura e cenários sociais externos.

- **Policlassismo**

Na escola ou na instituição universitária, os estudantes são uma categoria social formada por indivíduos oriundos de diversas classes sociais, inclusive antagônicas do ponto de vista dos seus interesses, papéis e objetivos na sociedade. O resultado dessa característica na atuação do movimento estudantil é que os conflitos internos, necessários para a definição

⁶ e mulheres.

⁷ e mulheres.

das pautas reivindicatórias, da concepção de educação, de projeto de universidade e, principalmente, de opções ideológicas (que determinam seu funcionamento e princípios da ação política), assumem uma proporção muito mais intensa que os movimentos sociais classistas. As opiniões em disputa ultrapassam o limite das divergências táticas, estratégicas ou mesmo de plataforma política, e chegam ao nível do antagonismo de classe.

É importante destacar que durante as últimas décadas tem predominado no programa político do movimento estudantil a visão de combate a exploração e opressão, o que no atual contexto histórico-cultural assume uma perspectiva progressista e transformadora da sociedade.

- **Transitoriedade**

A característica policlassista não é exclusiva do movimento estudantil. Outros movimentos sociais possuem essa característica e vivenciam, de maneira própria, conflitos da mesma natureza. Contudo, a transitoriedade é uma característica quase que exclusiva do movimento estudantil. Devido à alta rotatividade das lideranças e participantes, o movimento estudantil tem extrema dificuldade na transmissão de sua cultura⁸, isto é, de sua história, seus métodos de organização e suas pautas. O pouco tempo de participação que, em média, é de 4 a 5 anos, e a própria dinâmica intensa das atividades desenvolvidas, fazem com que o movimento estudantil não sistematize as suas práticas e experiências. A consequência direta é a repetição dos mesmos erros e o não acúmulo de aprendizados. Este processo gera sérias deficiências na capacidade de atuação e de representação dos interesses coletivos.

- **Movimento determinado pela conjuntura**

Outra característica própria do movimento estudantil é a dificuldade de atuar na conjuntura modificando os cenários sociais a partir das suas pautas específicas. Um caso típico de atuação com êxito na modificação do cenário social é a do Movimento Sem Terra. De 1995 a 2000, este movimento conseguiu transformar a sua pauta específica, reforma agrária, num assunto nacional com amplo apoio da opinião pública e repercussão inclusive na teledramaturgia – importante veículo da cultura de massa. Independente do mérito das reivindicações, do tempo que a pauta permaneceu em debate e das condições político-sociais, o fato é que a sociedade brasileira teve que discutir o tema. Outros movimentos sociais, no decorrer da história, atuaram com essa capacidade e modificaram a conjuntura política. Mas,

⁸ O termo *cultura* é aqui empregado com o conjunto de características, crenças, ideais, práticas, instituições, normas e as tradições que dão peculiar existência e identidade a um movimento social.

o movimento estudantil, ao contrário das análises do senso comum, não teve essa capacidade.

Embora seja comum afirmar que o período da Ditadura Militar e o Fora Collor foram momentos de intervenção na conjuntura e na modificação do cenário social pelo movimento estudantil, nesses episódios as pautas que mobilizaram a sociedade não eram específicas do movimento estudantil, como por exemplo, a exigência de uma reforma universitária. Os estudantes foram à luta por liberdades democráticas no período da Ditadura e contra a corrupção no período do Fora Collor, que era o que gerava mobilização nessas épocas. Nesses períodos o movimento estudantil atuou influenciado pela situação política do momento e não a partir de suas pautas específicas.

2.2 Estrutura do movimento estudantil

Pensando no conceito mais amplo de movimento social como um grupo organizado de pessoas que se identifiquem entre si e que se engajam em projetos relacionados a um ou vários temas de relevância social, e que por sua vez interfira na realidade visando sua transformação, o movimento estudantil não se limita somente as suas entidades institucionais estabelecidas. Entretanto, não podemos negar que esse movimento estudantil institucionalizado, que é marcado pela organização representativa dos estudantes em entidades, é o que muitas vezes é visto como “movimento estudantil”. De qualquer forma é importante entender como se organiza a estrutura do *movimento estudantil institucional*, sem perdermos de vista que movimento estudantil é constituído por uma diversidade de movimentos formados por estudantes que atuam dentro de uma instituição de educação. Nesse trabalho escolhemos aprofundar a estrutura e funcionamento do movimento estudantil *universitário*, afinal é o espaço focal onde os sujeitos dessa pesquisa atuam.

- **Entidades⁹:**

São estruturas que executam as ações definidas pelos estudantes e representam os seus interesses de forma institucional. Garantem, portanto, mais organização e perenidade ao movimento estudantil, são elas:

Centro Acadêmico (CA): é a entidade que representa as/os estudantes de um curso dentro da universidade.

⁹ Baseado no site: <http://www.dce.unb.br>

Diretório Central dos Estudantes (DCE): é a entidade máxima de representação dos estudantes de uma Universidade.

União Estadual dos Estudantes (UEE): é a representação regional dos estudantes, ligada à UNE. Em Brasília, até 1998 funcionou a FEUB (Federação dos Estudantes de Brasília), que tinha a função de UEE, mas atualmente encontra-se desativada.

União Nacional dos Estudantes (UNE): é a entidade máxima representativa dos estudantes universitários brasileiros. Realiza o seu congresso a cada 2 anos, onde se define os rumos de atuação da política da entidade.

Executivas e federações de curso: São entidades nacionais representativas dos estudantes de um determinado curso. Geralmente é ligada aos CAs daquele curso.

- **Espaços deliberativos**

São instâncias de decisão coletiva, regidos por processos de democracia direta ou democracia representativa, são eles:

Assembléia Geral: espaço maior de decisões do movimento estudantil, onde todos as/os estudantes da universidade/curso têm direito a voz e voto. É a instância de participação com maior grau de democracia direta.

Congresso Estudantil: O congresso estudantil acontece esporadicamente, geralmente para decidir temas relevantes na pauta estudantil ou para uma mudança mais legítima do estatuto da entidade máxima de representação estudantil na universidade - o DCE. Sua dinâmica varia, mas é comum a tiragem de delegados para representar os estudantes de cada curso, a partir daí discutem os temas a serem deliberados em plenária final do Congresso. É a instância de democracia representativa de mais ampla de participação.

Conselhos de base: é o segundo fórum de deliberação com democracia representativa (subordinado à Assembléia), cada representante tem direito a participação com voz e voto. Esse espaço propõe ações conjuntas entre a gestão e sua “base” organizada.

- CRT – Conselhos de Representantes de Turma: quem compõe esse conselho são os representantes de turma daquele curso, o CA deve acatar suas decisões.

- CEB – Conselho de Entidades de Base (também chamados de outros nomes, dependendo da universidade): os CAs são os membros e o DCE deve se subordinar às suas deliberações.

Reuniões de diretoria: é o fórum mais restrito da entidade, onde se reúnem os membros da gestão eleita. Pode-se adotar um esquema mais participativo e auto-gestionado desse espaço, onde todas as pessoas que se propõe em contribuir fazem parte da gestão. Ou

então em um esquema mais rígido dependendo da conjuntura de disputa da entidade e forma de atuação do grupo eleito. Por vezes se faz uma combinação desses dois esquemas.

No caso das executivas e federações de curso cada uma possui uma estrutura particular de organização dos seus espaços de deliberação. Também combinam espaços de democracia direta com os de democracia representativa.

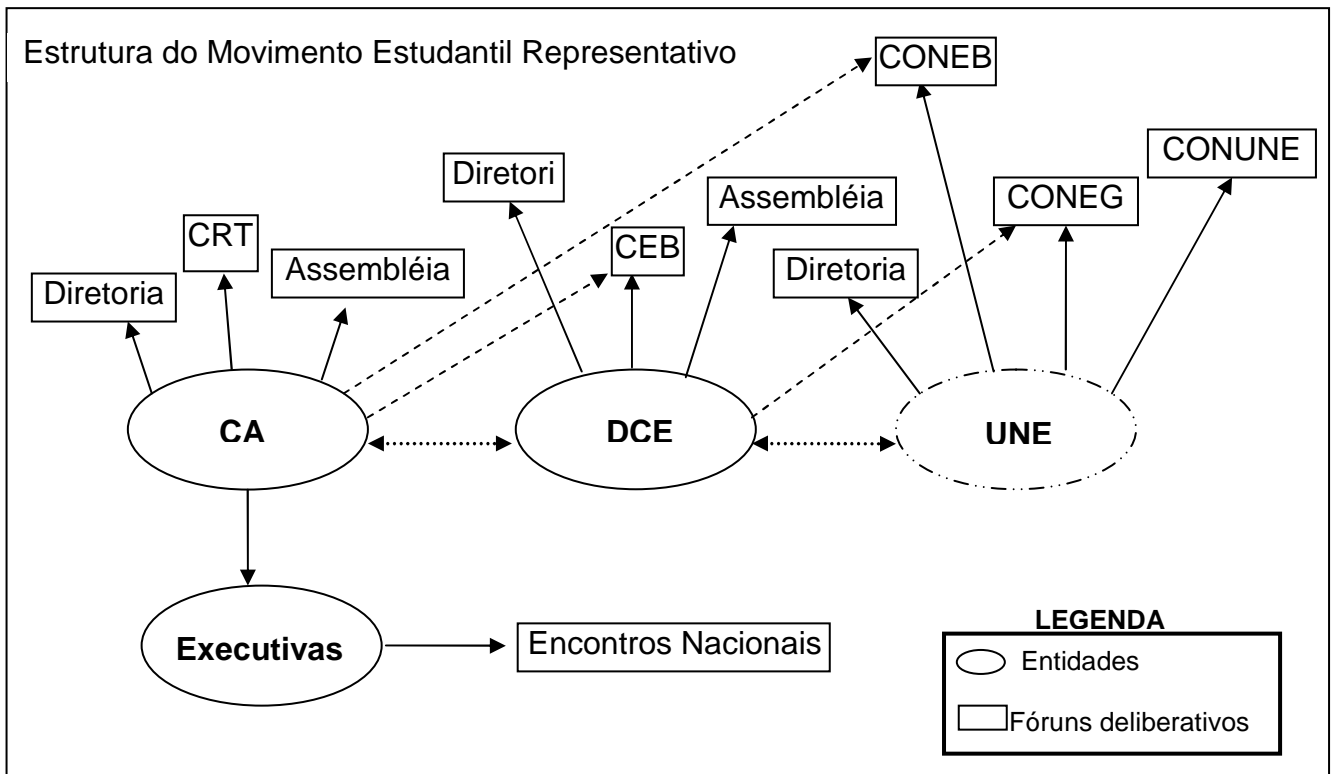


Fig. 1 – Organograma da estrutura do movimento estudantil representativo.

O Centro Acadêmico (CA) tem uma função estruturante no movimento estudantil, já que representa e está mais próximo dos estudantes de cada curso. O CA interage com todas as outras entidades, seja nos seus espaços de deliberação como na articulação de lutas em conjunto. Se bem fortalecido consegue construir junto aos estudantes as pautas de luta dos interesses mais imediatos dos estudantes. Por isso, é tão importante a formação nesse espaço.

É no CA que aquele estudante que quer participar costuma entrar, até porque muitos estudantes se sentem intimidados a participarem dos outros espaços (DCE, UNE, Executiva), que têm uma ambiente de disputa entre grupos políticos muito grande. Porém, vemos também em muitos CAs que a mobilização é somente para organizar festas e eventos de entrosamento entre os estudantes do curso, descolada do envolvimento político, o que acaba enfraquecendo essa rede.

O DCE deve ter esse contato direto com o CA, já que é muito mais difícil atingir todos os estudantes da universidade sem uma rede bem sustentada. Sem contar que o DCE tem o papel de dar suporte aos CAs, para eles se estruturarem, colocá-los por dentro dos assuntos mais gerais da universidade e envolvê-los nas lutas de todos os estudantes. Muitos cursos não têm CA, assim, o DCE pode estimular e ajudar para que os interessados encontrem caminhos para construir sua entidade.

Esta relação DCE-CA deve ser de retroalimentação, afinal trabalhando juntos dão sustentabilidade ao movimento estudantil. Além disso, é no DCE que se discutem as pautas mais macro do movimento, e quem participa precisa entender todo o funcionamento da universidade e suas relações de poder. Nos espaços do DCE é possível a articulação de pessoas de diferentes cursos, assim vários grupos políticos mais organizados e com identidade ideológica se encontram.

A UNE como entidade máxima representativa, deve articular a luta nacional dos estudantes. A UNE sempre teve um papel importante na intervenção da política nacional, principalmente em seus momentos de crise. Hoje ela é organizada a partir dos seus congressos bienais (CONUNE), em que é estabelecido um plano de lutas e posições que a UNE deve tomar, além de se eleger uma gestão que é formada proporcionalmente entre os grupos políticos que concorrem como chapa. São nesses congressos que os grupos políticos do movimento estudantil entram em um embate mais evidente. Os posicionamentos são expostos a partir das “teses”, em que cada grupo elabora seus posicionamentos e estratégias de intervenção, criando-se assim, um ambiente de disputa “feroz” entre os estudantes, muitas vezes seguindo práticas de conchavos e acordos entre lideranças que afastam os estudantes menos envolvidos com o cotidiano político.

A UNE hoje passa por uma crise de legitimidade. Em decorrência disso, alguns grupos estudantis organizados, que tradicionalmente participavam dos espaços da UNE, passaram a não legitimá-la mais, por entender que sua direção estava aliada com o governo Lula. Criaram assim, paralelamente uma outra alternativa de organização, chamada de CONLUTE. E mesmo grupos que continuam participando da UNE tentam construir alternativas para que a UNE passe a representar os estudantes de forma mais legítima e com outros métodos de participação.

Um segundo ponto é a importância de ligar os envolvimento específicos com lutas mais gerais. Cria-se uma falsa polêmica quando se entende que é preciso optar entre a UNE e os movimentos de área ou as lutas antidiscriminatórias. Os movimentos específicos têm dinâmica própria (mas não necessariamente antagônica), com a vantagem de juntar o interesse no aprimoramento pessoal com o aprofundamento analítico e amplos campos de

intervenção social. O desafio é de manter uma articulação forte com as questões mais amplas, para não cair no corporativismo, e canalizar as propostas específicas por meio das entidades gerais. A relação pode e deve ser de complementariedade (MISCHE, 1996, p.8).

Para entendermos as finalidades dessa estrutura organizacional e para que servem as entidades, analisamos alguns estatutos de DCEs¹⁰ como o da Unicamp, UnB, USP, UFSCar para aferir o que elas dizem de si mesmas. Ou seja, quais seriam as principais finalidades e objetivos do movimento estudantil representativo?

Conseguimos notar em todos eles seus posicionamentos e reivindicações acerca da universidade: o que se defende é “um educação pública, gratuita, democrática, de qualidade, em todos os níveis e socialmente referenciada”. Além disso, mostram claro seu posicionamento pelo livre acesso à educação pública e pela implementação de políticas que facilitem a permanência do estudante na instituição.

Para além das pautas reivindicatórias, o movimento estudantil norteia suas ações baseado nos princípios de democracia, liberdade, paz, justiça social, contra todas as formas de exploração e opressão. Isso demonstra que mesmo que suas ações falhem, há uma predisposição dos militantes do movimento estudantil a uma ideologia transformadora e libertária do mundo. Sabendo que essa luta não é só dos estudantes, averiguamos também da idéia de cooperação da luta social, propondo o intercâmbio, integração e fortalecimento dos movimentos sociais; também a solidariedade à luta dos estudantes e entidades estudantis do Brasil e do Mundo; e a cooperação com os estudantes secundaristas. Tudo isso demonstra que as entidades não possuem apenas o caráter representativo burocrático, mas as pessoas que estão envolvidas se enxergam parte de um movimento mais complexo e que muitas vezes a entidade serve mais como um motor para pulsionar ações mais organizadas que simplesmente representar os estudantes na sua totalidade.

Outro importante espaço institucional em que os estudantes atuam é na representação discente nos colegiados e conselhos das faculdades e universidade. Nas universidades públicas e em algumas privadas, nos seus conselhos deliberativos há espaços de representação dos estudantes. O movimento estudantil costuma atuar nesses espaços, dependendo da conjuntura de forma mais ou menos ativa. Além da desmobilização para atuar nesses espaços, alguns grupos defendem que a luta estudantil deve ser de "ação direta" e longe dos espaços

¹⁰ Fonte:

Unicamp: <http://movebr.wikidot.com/dces:dce-unicamp:estatuto>

UnB: <http://www.dce.unb.br/index.php?pagina=estatuto>

USP: <http://movebr.wikidot.com/estatuto-do-dce-da-usp>

UFSCar: <http://www.dce.ufscar.br/estatuto.php>

burocráticos de representação, visto que muitos deles não obedecem a um mesmo peso de representação entre os estudantes, professores e técnicos, e não possuem a participação da sociedade.

- **Outros espaços do movimento estudantil**

Considerando os outros espaços no movimento estudantil, aqueles que não são atrelados diretamente às entidades, mesmo que por muitas vezes esses andem juntos, foi feito um levantamento dos diferentes grupos que atuam na UnB. Os objetivos desse levantamento são perceber qual é o espaço em que os sujeitos dessa pesquisa se inserem; e conseguir analisar a diversidade de engajamento estudantil universitário atualmente.

- Grupos políticos

1. UEI - União dos Estudantes Independentes
2. Reconstruindo o Cotidiano
3. Instinto Coletivo
4. PSTU – Estudantes que militam no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
5. UJS – União da Juventude Socialista, (ligada a juventude do PCdoB).
6. Kizomba – ligado a DS (Democracia Socialista, tendência interna do PT e que disputa a UNE).
7. Vamos à Luta – Estudantes que militam no PSOL e independentes
8. Associação dos moradores da Casa do Estudante - AMCEU

- Religiosos

9. Núcleo de Estudos Védicos – Filosofia Hare Krisna
10. Núcleo de Vida Cristã

- Desenvolvimento sustentável

11. Tome Consciência - Reciclagem de Resíduos Sólidos do Restaurante Universitário
12. TUPA – Turma Unida Pró-Agroecologia
13. Bicicleta Livre – Pela implantação de um sistema de bicicletas comunitárias

- Diversidade

14. EnegreSer - NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros)
15. KLAUS Grupo de Diversidade

- Atividades físicas

16. Associação Atlética da UnB
17. Clube de Yoga Mover Juntos – Yoga, meditação e Transformação social

- Acadêmicos

18. EIV – Estágio Interdisciplinar de Vivência nos assentamentos do MST

19. Grupos PETs – Programa de Educação Tutorial

20. Empresas Júniores

Existem ainda vários projetos de extensão de ação-contínua, em que os estudantes atuam juntamente com os professores, muitos deles impulsionados pela iniciativa dos próprios estudantes.

Segundo Abramo, é uma tendência atual a juventude se organizar em diferentes espaços temáticos. Dessa forma,

os jovens não estão percebendo mais o Movimento Estudantil como espaço de vivência social e cultural, de construção de laços efetivos e visões de mundo diferenciada, inicia-se um processo para ocupar outros espaços, passando para o mundo da produção e do consumo cultural: música, cinema, vídeo e artes plásticas. É aí então que surgem os grupos articulados em torno do estilo, o aparecimento de tribos juvenis, tais como: Punks, os carecas, metaleiros, os darks, os rappers, os rastafáris etc. Descentralizando então o Movimento Estudantil como o espaço de sociabilidade juvenil que ocupou maior visibilidade (in: VIANA, 2001).

O exemplo da UnB mostra claramente a diversidade de possibilidades de atuação que não se limita às tradicionais formas de se organizar coletivamente. Os grupos que trabalham com a diversidade e combate aos preconceitos raciais, de gênero e de orientação sexual, se mostram presentes na maioria das universidades. A força dessa militância aparece cada vez com mais evidência, nas passeatas, paradas gay, nas lutas pelas políticas de afirmação etc. Nesse mesmo momento vemos crescendo os movimentos ambientalistas e pelo desenvolvimento sustentável. O que há de comum nesses outros movimentos é que eles estão se utilizando de maneiras diferentes de intervenção, com ações mais diretas e criativas na sociedade.

Ann Mische mostra como se configura esse novo ambiente dos grupos organizados, de como alguns grupos perderam força nessa década, e outros se fortaleceram muito.

Existem inúmeros movimentos sociais, desde os bairros populares (saúde, educação, moradia, etc), até os que expressam as lutas dos negros, mulheres, povos indígenas, homossexuais. A Pastoral da Juventude, que forneceu uma via importante para a participação política nos anos 70 e 80, se encontra numa crise semelhante à do movimento estudantil, enquanto grupos evangélicos atraem massivamente os jovens, com projetos sociais geralmente conservadores. Fora esses Fóruns, existem numerosas ONGs nas áreas de meio ambiente, educação, direitos humanos, etc, que ganharam força nos anos 80 e 90 e que mantêm laços com a sociedade civil internacional (MISCHE, 1996, p.3).

2.3 Desafios atuais do movimento estudantil

A partir do diálogo com os diversos grupos políticos que atuam de forma organizada no movimento estudantil, conseguimos pontuar quatro problemas fundamentais do movimento estudantil em se manter atuante e para que possa atingir seu objetivo, que é a transformação da educação e do espaço educativo. Para isso, analisaremos quais são esses problemas, quais os desafios encontrados, e proporemos alguns caminhos para superá-los.

- **Conjuntura desfavorável à organização coletiva**

No atual momento histórico predomina uma lógica social marcada pelo extremo individualismo, consumismo, imediatismo e competitividade. Fruto da ideologia liberal essa lógica social dificulta a organização das pessoas em espaços coletivos.

Atualmente boa parte das pessoas acredita que os seus problemas vividos socialmente serão superados individualmente. Ou seja, “basta eu me esforçar, me dedicar e trabalhar que conseguirei prosperar e ter melhores condições de vida”. No entanto, a realidade nos mostra o contrário por mais que todos se esforcem não haverá no atual sistema social espaço para todos prosperarem, só alguns têm boas condições de vida, uma grande parcela da sociedade vive excluída, por mais que trabalhe. Além disso, a história demonstra que a superação dos problemas sociais só acontece quando se atua coletivamente.

Assim, os movimentos sociais de maneira geral têm muita dificuldade de agregar pessoas aos seus projetos coletivos. Mesmo que a pauta reivindicada pelo movimento tenha muito apelo social e importância na melhora da vida das pessoas. A consequência direta é que o movimento estudantil, nessa conjuntura desfavorável, tem poucos militantes que ficam sobrecarregados e muita dificuldade em encaminhar as diversas demandas oriundas da tarefa de representação dos interesses coletivos.

- **Crise de representatividade**

A crise de representatividade do movimento estudantil não é uma barreira somente na atualidade, as dificuldades das pessoas que tomam a frente do movimento - as lideranças, em envolver ou construir junto com aqueles a quem representam, sempre foi um problema do movimento estudantil. Esse distanciamento acarreta em um enfraquecimento das lutas estudantis, a falta de legitimidade e representatividade delas perante a sociedade, e provoca um afastamento e pouco envolvimento dos estudantes com os problemas específicos da universidade e com os problemas mais gerais da sociedade.

Uma das causas do distanciamento acontece devido ao “aparelhamento” das entidades estudantis pelos grupos políticos organizados e alguns partidos políticos, que muitas vezes gastam mais energia para manter sua hegemonia nos espaços em disputa, do que para envolver os estudantes nas lutas e discussões que estão em pauta.

Segundo Viana,

Na década de 90, o Movimento Estudantil continua com as tendências organizadas, e lutam para garantir seus espaços dentro das entidades, as vezes até passando dos limites, pois a briga pelo aparelho ficou tão forte que as correntes começaram a se tratar como inimigas uma das outras. Prejudicando o andamento da lutas e dificultando as discussões mais de fundo, como a problemática da aproximação das lideranças com a base estudantil, um debate que perdura no movimento desde os anos 60 (2001).

Ann Mische discorre um pouco mais sobre como essa atuação de algumas lideranças prejudica a legitimidade da representação estudantil.

Cada diretor se veste (no mínimo) com três chapéus: representante estudantil com vínculos regionais e universitários; militante de partido e/ou tendência; e dirigente da entidade com responsabilidades funcionais específicas. É difícil desvincular as três exigências e as reuniões vivem balançando entre preocupações pragmáticas, marcações de posições político-ideológicas e manipulações táticas de uma ou outra força política.

Se esta dinâmica contribui com o drama (e o tédio!) próprios da militância estudantil, também colabora para o distanciamento dos estudantes e a muito comentada crise de representatividade no Movimento Estudantil. Não é que as lideranças não representem os estudantes, mas elas têm representatividades múltiplas, todas exigindo energia e atenção (MISCHE, 1996, p.4).

Mesmo com essas problemáticas que passam as entidades representativas, hoje há um movimento para uma nova cultura de organização das entidades, que visa uma estrutura democrática muito mais participativa do que representativa. Na medida em que as decisões, discussões, tarefas, construção de estratégias, sejam feitas de forma mais horizontal, a maioria dos problemas que passa essa representatividade tradicional acabam. Essa forma tradicional de representar parte da atitude descompromissada dos eleitores de “lavarem as mãos” depois de eleger, ou não, seu candidato; e pelos eleitos que acham que têm “carta-branca” para fazerem o que quiserem.

Mesmo assim, também deve ser vencida “a crença que de que a democracia representativa substitui ou se opõe à participação direta. Os processos avançados de participação mostram que a democracia direta complementa e qualifica a representativa. As duas estão longe de serem opostas” (GURESI, 2008, p.3)

- **Estrutura organizativa verticalizada, centralizada e burocratizada**

Um dos grandes desafios do movimento é pensar uma nova estrutura de organização que supere os moldes sindicais já ultrapassados, e por isso, muitas vezes afasta o estudante que além do compromisso social procura um ambiente descontraído e que se identifica com sua condição de jovem. “A forma de organização, os discursos, as reuniões que nunca têm um fim, as passeatas com palavras de ordem anteriormente elaboradas, dentre outras coisas, são formas na qual o movimento apresenta para o estudante há mais de 30 anos” (VIANA, 2001).

Essas críticas se devem em parte à sua própria estrutura, herança do modelo clássico das organizações da esquerda: entidade única, hierárquica e centralizada, disputada por forças divergentes, com instâncias menores espalhadas pelos estados e universidades. Pressões pela democratização interna, pela descentralização das instâncias decisórias, pela maior aproximação e comunicação com as bases estudantis, representam desafios não somente a uma ou outra gestão, mas ao próprio modelo organizativo do movimento estudantil (MISCHE, 1996, p.3).

Então, as entidades que deveriam ser uma ferramenta para construir a luta estudantil, passam a ser um problema, quando a única preocupação dos estudantes é manter o seu poder na direção. Dessa forma, a estrutura burocrática acaba tendo um fim em si mesma. É nesse tipo de lógica, que os momentos de disputa, como o das eleições de um DCE, por exemplo, passam a ter mais mobilização que em lutas consensuais e cotidianas do movimento, mas que são difíceis de se efetivarem, pois a disputa política por novos espaços, entre esses grupos, deixa em plano secundário a luta em si. “Se existem necessariamente espaços de disputa, também é essencial que se construam espaços mais eficazes de elaboração e discussão” (MISCHE, 1996, p.8). Os outros estudantes que não participam do movimento estudantil naturalmente se afastam quando vêem que os problemas da universidade, e até do mundo, não são o que movimenta o movimento.

- **Ciclo vicioso**

O ciclo vicioso no movimento estudantil está intimamente ligado à característica de transitoriedade a qual mencionamos anteriormente, que se forma pela rotatividade das pessoas nesse espaço. Há uma renovação constante dos militantes sem um repasse adequado. Ou seja, as pessoas que acabaram de chegar ao movimento estudantil passarão pelas mesmas situações, “baterão nas mesmas teclas”, descobrirão os mesmos problemas, e na hora de serem mais efetivos na ação - porque já sabem o caminho, eles saem da universidade. Os mais experientes

se formam e não compartilham o que aprenderam, para que assim, os próximos não comecem tão despreparados como ele.

A troca entre os mais experientes e os mais novos é o motor para um ciclo virtuoso no movimento estudantil. Em qualquer grupo sempre haverá aquelas pessoas que conhecem mais o espaço em que estão, sabem “como funcionam as coisas” e aprenderam os caminhos mais curtos, ou seja, adquiriram mais experiência; e também as pessoas novatas que entram no grupo para dar um ar novo, sem vícios, com novas idéias e mais disposição. Esses dois papéis caminhando de forma harmônica são o motor desse ciclo, para que um grupo se desenvolva na sua totalidade. Porém, no movimento estudantil essa é a semente de um dos grandes problemas com que nos deparamos. Os mais novos muitas vezes ficam inibidos de falar ou de agir, sentem-se incapazes pela insegurança natural de quem está entrando. Já os mais velhos muitas vezes não têm paciência, têm vícios nas falas (como o uso constante de siglas, supondo que todos sabem daquilo se que se está falando), não são didáticos nas explicações, atropelando o processo e muitas vezes tomam a frente das tarefas, pois sabem o caminho, afinal já o trilharam anteriormente.

No movimento estudantil parece muitas vezes que paramos no tempo e estamos atuando, debatendo, discutindo, formulando, como aqueles que militaram há 50 anos. Isso porque, ao mesmo tempo em que, não conseguimos dar continuidade aos trabalhos que estão dando certo, estamos sendo resistentes às mudanças de paradigmas de como se construir coletivamente. Paulo Freire reflete sobre essa questão do *novo x velho* da seguinte forma: “a aceitação do novo não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é cronológico. O velho que preserva sua validade ou encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo” (1996, p. 35).

Acredito que uma das maneiras de resolver esse problema é começando com uma recepção ao calouro mais adequada (e repudiando os trotes tradicionais) que propicie um ambiente que insira os calouros na vida universitária.

Outro desafio teria que ser na mudança de postura dos participantes. É preciso preparar os mais “novos” para que eles não desistam quando se sentirem excluídos ou quando se depararem com qualquer problema de inibição. É preciso entender que os mais novos têm o papel fundamental de colocar os pés no chão quando o pessoal está divagando, e também de dar energia nova para aquilo que alguns já desistiram de fazer. Muitas vezes os que já estão envolvidos há mais tempo entram em uma inércia negativa e esquecem-se do “mundo lá fora”, de como é a realidade. Outro aprendizado importante é a partir dos exemplos, tanto

para negá-los ou reproduzi-los, afinal como diz Paulo Freire “Educação é, sobretudo, dar exemplo através de ações” (FREIRE, 1996, p. 190).

Já para os mais experientes, é importante mudar os vícios da linguagem que só alguns entendem e evitar o uso de siglas e denominações próprias no movimento estudantil. É fundamental também retomar sempre o que aconteceu, relembrando o histórico da situação sempre que tiver alguém novo e por fora do assunto, para que se inclua, motive e envolva maior número de pessoas nas discussões. Ao mesmo tempo nunca se deve esconder as informações, mesmo que seja difícil explicar todos os pormenores da situação, caso contrário corre-se o risco de perder a confiança das pessoas ao constatarem não terem sido informadas ou terem sido informadas incorretamente. É importante convidar e insistir com os que são mais novos no movimento a participar tanto em reuniões com o reitor quanto na produção de cartazes, faixas, textos e panfletos.

O emotivo também conta muito quando se quer envolver as pessoas em um espaço novo, se perceber alguém desmotivado chame, incentive, as pessoas precisam de um empurrão para se movimentar. Por isso, quem já está mais a vontade no espaço também deve estimular sempre que todos falem e se posicionem, para que cada um construa a sua autonomia.

A divisão justa de tarefas e responsabilidades no trabalho do movimento estudantil também é importante para tornar o ciclo vicioso em um ciclo mais virtuoso. No momento em que uns militantes se sacrificam e se sobrecarregam com todo tipo de trabalho, é natural que a balança pese menos no outro lado, as outras pessoas ficam mais descompromissadas e se sentem menos motivadas a se inserir totalmente no processo, pois têm a necessidade de deixar mais de lado os assuntos pessoais. Assim, é necessário “trabalhar de forma melhor a ligação entre o pessoal e o social como fonte de engajamento dos jovens, no movimento estudantil clássico (e na esquerda em geral) esta relação é deixada de lado em favor de uma ética militante de dedicação e sacrifício total” (MISCHE, 1996).

CAPÍTULO III - ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

3.1 Educação Libertadora: significados e práticas

A idéia principal da educação libertadora e problematizadora, que fundamentaremos essencialmente nas idéias do educador brasileiro Paulo Freire, é que a educação deve ser um instrumento de libertação dos sujeitos e não de opressão. Esse paradigma traz em si uma concepção de ser humano e sociedade. A educação para a libertação vem para contestar a estrutura capitalista, lutando pela transformação da sociedade. “Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra” (FREIRE, 1996, p.70), ou seja, toda a ação pedagógica sempre será uma ação política. O sujeito, nesse paradigma, cumpre papel determinante na intervenção dos rumos da sua vida e da sociedade. Assim surge a pergunta: o que significa ser um *sujeito* transformador?

No momento em que estamos no mundo nossa condição passa a ser de *sujeito*. “O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas *sujeito* também da História” (FREIRE, 1996, p.54). Nessa percepção, a educação coloca os educandos sempre como sujeitos de transformação da História e da sua história pessoal, onde os espaços devem possibilitar a ação e não a passividade, a libertação e não a opressão.

E o que isso tudo tem a ver com o movimento estudantil? Tendo em vista que “a educação libertadora deve ser compreendida como um momento, ou um processo ou uma prática onde estimulamos as pessoas a se mobilizar ou a se organizar para adquirir poder” (FREIRE, 1986, p.47); e sabendo que os espaços educativos podem servir para manter a situação do *status quo* ou para mudar a realidade, a busca pelo poder é fundamental se queremos transformações. No movimento estudantil estamos nos organizando coletivamente para que algo seja mudado. O poder adquirido pelo movimento estudantil pode não ser suficiente para ações concretas, mas o poder que se adquire no movimento estudantil pela qualidade da educação das pessoas que estão ali se formando, é o que é importante nessa pesquisa.

O que parece é que o movimento estudantil é um espaço educativo não formal, dentre outros¹¹, que muitas vezes assume mais os princípios da educação libertadora que os espaços educacionais tradicionais, como as escolas e universidades bancárias. Paulo Freire, se referindo aos professores, diz que “se expusessem ao dinamismo maior, à maior mobilidade que se encontra dentro dos movimentos sociais, eles poderiam aprender sobre uma outra face da educação que não se encontra nos livros. Há algo muito importante que as pessoas estão criando, fora da educação formal” (1986, p.53). Neste sentido, esse trabalho tem o intuito de mostrar o que as pessoas estão criando nesses espaços e como isso acontece.

O ideal da educação libertadora surgiu junto com o fortalecimento dos movimentos sociais, em uma época em que o Brasil passava por transformações culturais de democracia e mobilização. É no início da década de 60 que Paulo Freire organiza suas primeiras experiências de educação popular, com grupos de alfabetização de adultos no nordeste brasileiro, junto com o Movimento de Cultura Popular e uma equipe de professores no Serviço de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. “É na aurora dos anos 60 em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, ensiná-lo, torná-lo ‘doméstico’” (BRANDÃO, 1989, p.17).

A história de vida do educador Paulo Freire está intimamente ligada às lutas nos movimentos sociais, principalmente de educação popular. No mesmo momento em que o movimento estudantil se organizava para lutar contra a repressão do golpe de 64, o Plano Nacional de Alfabetização, sob a direção de Paulo Freire, foi denunciada pelo governo militar como “perigosamente subversiva”. Vários educadores foram presos, inclusive Paulo Freire que teve que se exilar por 16 anos.

Por isso, tanto as concepções de educação libertadora como as experiências nos movimentos sociais sempre se retroalimentaram, evidenciando mais um princípio da pedagogia libertadora que é a dialética da práxis, na qual se concebe a educação como uma prática reflexiva e uma reflexão que é praticada, em uma construção contínua e nunca completa desse processo.

¹¹ Segundo a Lei nº 9.394, a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB, em seu Artigo 1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos **movimentos sociais** e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

- **Método Paulo Freire**

O método Paulo Freire surgiu a partir dessa experiência iniciada em 1960 com a Alfabetização de Adultos. Para Paulo Freire os movimentos populares são eles próprios lugares de educação política do povo, se não os melhores a se aplicar a práxis (BRANDÃO, 1989). Na verdade “ali não se experimentava apenas um novo método, mas, através dele, um novo sentimento de Mundo, uma nova esperança no homem”. (idem, p.8). A alfabetização de adultos era pensada como parte de um sistema de educação muito maior. O Sistema preconizava a formação de universidades populares, que teriam a tarefa de oferecer serviços culturais nos níveis: popular, secundário, pré-universitário e universitário. Assim os adultos poderiam realizar não só um curso de emergência, mas um processo contínuo de educação como homens e mulheres do povo.

No método, a idéia de sala de aula é substituída pelo *Círculo de Cultura*. A forma de círculo simboliza uma estrutura sem hierarquia, onde todos que estão a sua volta fazem parte de uma equipe. Nele pode-se considerar que o único método de estudo é o diálogo. Já o nome de *cultura* significa que o aprendizado vai além do individual de ler e escrever, podendo abranger todo conhecimento humano possível.

“Em lugar de professor, com tradições fortemente ‘doadoras’, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante do grupo” (FREIRE, 1999, p.111). No círculo de cultura não há lugar para o professor bancário, que tudo sabe, nem para um aluno passivo, que nada sabe. É um lugar onde todos têm a palavra, onde todos lêem e escrevem o mundo. É um espaço de trabalho, pesquisa, exposição de práticas, dinâmicas, vivências que possibilitam a construção coletiva do conhecimento.

“Nada mais quadrado, companheiro, que enquadrar o método” (BRANDÃO, 1989, p.68). Paulo Freire não gostava de chamar esse processo que ele utilizava para alfabetizar de *método*, exatamente por esse ser passível de transformação e mudança. O método é construído a partir das necessidades e criatividade dos sujeitos participantes do processo educativo. Assim, deve começar pela coragem e ousadia de se recriá-lo a cada vez.

A partir desse entendimento sobre a educação libertadora, começaremos a refletir quais são as ligações dela com as práticas do movimento estudantil: em que momentos eles se cruzam, em que se parecem, quais suas relações. Essa será a base para o momento de reflexão da análise da pesquisa.

3.2 Pontes entre a Pedagogia da Libertação e o Movimento Estudantil

Esse momento do trabalho traçará ligações entre alguns princípios da educação libertadora, com as práticas do movimento estudantil. Entre os princípios em que se baseiam as práticas libertadoras, verificamos aqueles que são identificados no movimento estudantil, como a práxis, a democracia, relações dialógicas, a autonomia e o diálogo. Além disso, constatamos que há uma enorme similaridade da metodologia que Juan Díaz Bordenave (1998) idealizou e difundiu, com os métodos no movimento estudantil. Assim, fizemos as pontes e ligações pertinentes, que serão fundamentais para nosso diálogo com os colaboradores dessa pesquisa.

3.2.1 A práxis de recriar o mundo

É impossível acompanhar todos os conhecimentos. Por isso, é inútil armazenar conhecimentos que vão estar velhos dentro de dois anos. É no momento que sou desafiado que devo procurar o conhecimento e não simplesmente um arquivo que trago comigo. (DIMENSTEIN e ALVES, 2003, p. 80-81)

A partir dessa afirmação do livro “Fomos Maus Alunos”, onde Rubem Alves e Gilberto Dimenstein dialogam sobre suas experiências escolares, fica claro qual é o princípio da construção do conhecimento: o conhecimento só será efetivo no momento em que fizer parte das indagações na realidade objetiva. Ou seja, o conhecimento é efetivamente construído se é pesquisado a partir do que provoca inquietude do que tem significado.

Essa construção do conhecimento está também ligada ao conceito de *práxis* na pedagogia da libertação, onde a ação tem que estar embebida de reflexão, assim como não adianta teorizar sem estar envolvido na prática em que a teoria se baseia.

Paulo Freire afirma que na educação bancária, as pessoas não constroem essa relação do estudo com a realidade, criando assim

uma dicotomia inexistente de homens¹²-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como ‘corpos conscientes’. A consciência como se fosse alguma seção ‘dentro’ dos homens, mecanicamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que irá ‘enchendo’ de realidade. (1987, p.62-63)

¹² Onde se lê ‘homens’, leia-se ‘homens e mulheres’.

Na educação libertadora, pelo fato de estarmos no mundo devemos construir nosso conhecimento a partir de nossa interação com ele, afinal “como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo” (FREIRE, 1996, p.19). O movimento para que essa construção aconteça está muito relacionado a essa noção de pertencimento. No momento que me percebo como um ser inacabado em um mundo inacabado tenho a responsabilidade de ser sujeito de ações transformadoras.

(...) a educação se re-faz constantemente na práxis. Para *ser* tem que *estar* sendo. Sua duração como processo está no jogo dos contrários permanência-mudança. Enquanto a concepção ‘bancária’ dá ênfase à permanência, a concepção problematizadora reforça a mudança. (FREIRE, 1987, p.73)

No Movimento Estudantil conseguimos enxergar como se dá essa movimentação para a construção de conhecimentos para fundamentar a luta pela mudança. Afinal o que se busca conhecer é justamente aquilo que se percebe necessário para sua prática militante. Diferente da motivação que se aprende na sala de aula tradicional bancária.

Exemplificando: em uma aula de OEB (Organização da Educação Brasileira) se estuda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por entender que para ser um educador é necessário saber das leis na área da educação. Porém, esse aprendizado será guardado como um arquivo, como afirma Dimenstein, para ser usado somente quando for útil, ou então como uma informação que entende-se sua importância. Esse conhecimento não está ligado a uma aspiração individual ou aplicabilidade imediata.

No movimento estudantil, o processo é o contrário desse. Todo conhecimento crítico que se constrói em torno de algum assunto é a partir de uma problemática vivida. Pode-se dizer que foi construído um conhecimento real, e não um mero arquivamento que poderá ser utilizado no futuro. Veremos melhor como se dá essa metodologia, com a pedagogia da problematização de Juan Diaz Bornenave ao final deste capítulo.

A práxis no movimento estudantil é mais evidente, afinal as pessoas estão vivenciando aquela situação; o estudo, as discussões estão cobertas de sentido para os envolvidos. O que podemos questionar é que muitas vezes a luta no movimento estudantil é descolada da realidade, e que as discussões muitas vezes levam somente à disputa de idéias sem a concretização na prática; nesse momento não se tem a práxis, mas um verbalismo. No entanto o conhecimento aprendido durante a militância tem profundo significado para os estudantes.

3.2.2 Democracia como prática de liberdade

Como se fora
 Brincadeira de roda
 Jogo do trabalho
 Na dança das mãos
 O suor dos corpos
 Na canção da vida
 O suor da vida
 No calor de irmãos
 (Gonzaguinha, em “Redescobrir”)

No momento em que estabelecemos o conceito de práxis como uma tensão dialética entre a prática e a teoria, percebemos que “não é o que digo o que diz que eu sou, (...) mas o que faço. É preciso que o que eu diga não seja contraditado pelo que faço. É o que faço que diz de minha lealdade ou não ao que digo” (FREIRE, 1997, p.61). Nesse sentido, “a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática” (idem, p.61).

A democracia é tanto uma prática cotidiana que deve permear as nossas ações como um princípio a ser exigido e conquistado nos diversos espaços em que atuamos. “Não se recebe democracia de presente. Luta-se pela democracia” (ibidem, p.78). É nessas duas formas de conceber a democracia que o movimento estudantil atua: no desafio em estabelecer relações e posturas democráticas no seu cotidiano, quanto lutar para uma maior participação e democracia nos espaços de decisão, tanto dentro do movimento estudantil quanto fora dele.

“Como educadoras e educadores não podemos nos eximir de responsabilidade na questão fundamental da democracia brasileira e de como participar na busca de seu aperfeiçoamento. Como educadoras e educadores somos políticos, fazemos política ao fazer educação. E se sonhamos com a *democracia*, que lutemos, dia e noite, por uma escola em que falemos *aos* e *com* os educandos para que, ouvindo-os possamos ser por eles ouvidos também. (ibidem, p. 62)”

Em uma perspectiva em que a base de relações, tanto pessoais como de poder, é fundamentada na democracia, o movimento estudantil deve primar pelas seguintes práticas:

Descentralização: as decisões e as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada, e as tarefas (tanto braçais quanto intelectuais) precisam ser divididas, percebendo as diferenças entre as pessoas do grupo ao mesmo tempo em que há uma equiparação do trabalho. Além disso, a centralização prejudica a estabilidade de um grupo; quando ele é dependente de alguém, se fragiliza. Quando as atividades e responsabilidades

são divididas, o grupo se auto-sustenta, e do mesmo modo que todos são necessários e indispensáveis, ninguém é fundamental.

Participação: Todos os envolvidos no cotidiano do grupo devem participar tanto dos momentos de reflexão e decisão como das tarefas e ações. No momento que a pessoa participa efetivamente, ela está imersa em um espaço de formação, afinal “a participação pertence à própria natureza do ato pedagógico” (GADOTTI, 1998, p.17)

Outra questão importante é discutir como levar as pessoas a se envolverem, já que a participação é vital para todas as atividades no movimento estudantil. Na reivindicação de qualquer luta estudantil, a sua conquista só é possível se os sujeitos estiverem envolvidos, interessados e se sentindo parte daquela movimentação.

Transparência: Para um ambiente democrático, qualquer decisão e ação tomada e implantada devem ser de conhecimento de todos. Os objetivos têm que estar expressos e bem entendidos, a franqueza é fundamental para as relações democráticas. Dessa forma, um líder democrático não se utiliza de métodos obscuros para manobrar as pessoas.

“Ou se muda o discurso progressista por um discurso coerente com a prática reacionária ou muda-se a prática por uma democrática, adequando-a ao discurso progressista. Há finalmente uma terceira opção: a opção pelo cinismo assumido, que consiste em encarnar lucrativamente a incoerência” (FREIRE, 1997, p.62).

No movimento estudantil, quando as informações, as ações e as decisões são transparentes é simples de convencer que se está fazendo um trabalho sério e maduro, assim, tem-se mais tempo para o trabalho mais complexo que é do convencimento ideológico e político.

Cooperação: A ação de um grupo democrático deve se basear na cooperação dos indivíduos, em contraposição à competição - forma que está tão enraizada nas nossas ações cotidianas. Estamos acostumados a sempre pensar “no que é meu primeiro”. O fato é que com a cooperação não só todos saem “ganhando”, como é construído algo para um bem comum, que transcende o plano individual. É nesse sentido que a ação cooperativa deve partir da tolerância.

“Sem ela é inviável uma experiência democrática autêntica. A tolerância não é, porém, posição irresponsável de quem faz o jogo do faz-de-conta. Ser tolerante não é ser *convivente* com o intolerável, não é acobertar o desrespeito, não é amaciar o agressor, disfarçá-lo. A tolerância é a virtude que nos ensina a conviver com o diferente. A aprender com o diferente, a respeitar o diferente” (idem, p.39).

3.2.3 Relações dialógicas

Se me der a mão
claro, aperto
Se for franco
direto e aberto
Tô contigo amigo e não abro
Vamos ver o diabo de perto

É viver e aprender
Vá viver e entender, malandro
Vai compreender
Vá tratar de viver

E se tentar me tolher é igual
Ao fulano de tal que taí
Se é pra ir vamos juntos
Se não é já não tô nem aqui
(Gonzaguinha, em “Recado”)

O movimento estudantil se caracteriza como um espaço de formação diferenciado da sala de aula e fora dos padrões historicamente construídos sobre o funcionamento das escolas bancárias. A relação entre as pessoas no movimento estudantil se dá em bases de igualdade, diferente de uma educação tradicional em que o professor é o centro das atenções, assumindo o papel de informar os estudantes, como se estivesse na figura dele todo o conhecimento necessário para o aprendizado no espaço escolar. Na pedagogia da libertação, assim como no movimento estudantil, a construção coletiva é a base dos processos educativos.

Dessa forma, no movimento estudantil, assim como na educação libertadora, existe o papel do mediador: na escola é o professor e no movimento estudantil são as lideranças. No movimento estudantil o que qualifica para assumir esse papel diferenciado é a experiência, ou como expressa Dimenstein, “o aprendiz há mais tempo” (2003). A tarefa de aprender e ensinar caberá a todos os envolvidos: “Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 23).

O papel do mediador nessa concepção é muito difícil: como se destacar pela sua experiência sem ser autoritário? Como impedir que, ao assumir o papel de liderança se exerça uma ditadura de idéias sobre os novatos que têm menos experiência nos espaços de participação estudantil? Paulo Freire estabelece a diferenciação entre esses saberes ao afirmar que “ainda quando seja legítimo reconhecer-se em um nível de saber revolucionário, em função de sua mesma consciência revolucionária, diferente do nível de conhecimento ingênuo das massas, não pode sobrepor-se a este, com o seu saber”. (1987, p. 131)

Diferente da escola, onde o professor assume o papel de mediador naturalmente pela sua função pré-estabelecida, no movimento estudantil essa mediação se dá por aquele que se destaca. O líder costuma ser aquele que está há mais tempo no movimento e possui as habilidades de articular as idéias e mediar conflitos; é também aquele que consegue aglutinar as pessoas. Porém, há vários tipos de lideranças: a autoritária e centralizadora e a democrática.

O líder autoritário esconde e mantém o domínio das informações e manipula as pessoas. Segundo Freire, “se a liderança revolucionária lhes negar este pensar se encontrará preterida de pensar também, pelo menos de pensar certo”(idem, p. 128). Já a liderança democrática não pode pensar *sem* os militantes, nem *para* eles, mas *com* eles.

A outra diferença entre o professor e o líder no movimento estudantil, é que este não pode se estabelecer *ad aeternum* já que tratamos de um espaço com grande rotatividade de pessoas. Essa particularidade do movimento traz a preocupação com a formação e discussão constante dos assuntos particulares do movimento estudantil, para que os grupos não se enfraqueçam com a saída de alguns militantes que ocupavam o papel de lideranças. Assim, é fundamental garantir que essa liderança seja rotativa e que todos estejam aptos a assumi-la.

3.2.4 O Diálogo com Autonomia

Vai o bicho homem
Fruto da semente
Entender
Que tudo é nosso
Sempre esteve em nós,
Somos a semente
Ato, mente e voz.
Não tenha medo
Meu menino povo,
Tudo principia
Na própria pessoa
(Gonzaguinha, em “Redescobrir”)

A autonomia vem justamente na conquista da liberdade de todos os envolvidos na prática educativa de criar, refletir, propor, se posicionar, ir atrás e tomar a iniciativa. A autonomia só se desenvolve em um ambiente de confiança e respeito. No entanto,

ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade (FREIRE, 1996, p. 107).

O diálogo, nesse sentido, tem o papel importante na constituição de relações em que o sujeito sintá-se responsável e livre para construir algo junto com o outro. Isso se dá porque o diálogo não é estabelecido por uma parte que fala e a outra que ouve, mas justamente em um respeito mútuo tanto em ouvir quanto em falar. Além disso, o diálogo tem que estar ligado a realidade concreta dos que se comunicam, ambos têm que estar abertos e dispostos ao diálogo. No momento em que só uma pessoa está aberta a ouvir, e a outra somente com a intenção do convencimento, a construção inerente a uma postura dialógica não existe. “Não há palavra verdadeira que não seja práxis” (FREIRE, 1987, p.77).

A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. (...) Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem¹³ quanto os outros, é que lhe falta muito caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Nesse lugar de encontro não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 1987, p. 81).

No movimento estudantil a comunicação, principalmente oral, é marcada por muitos diálogos e não-diálogos. O não-diálogo pode ocorrer no momento em que a palavra acontece com o sacrifício da ação, e que podemos chamar de “palavreria, verbalismo, blábláblá”. Nesse caso, a imposição de opiniões se sobrepõe à construção coletiva de idéias e ações. Outro não-diálogo acontece quando se exclusiviza a ação com o sacrifício da reflexão, tornando-se um ativismo (FREIRE, 1987). No movimento estudantil isso ocorre quando as pessoas se posicionam e tomam iniciativas sem a reflexão do por quê de se estar fazendo aquilo.

Vemos ainda o momento em que esses dois não-diálogos se complementam, no momento em que lideranças utilizam-se da palavra para um mero convencimento “das massas”, e com seu verbalismo manipulador convencem pessoas que, sem reflexão sobre o assunto, se mobilizam por algo só pela empolgação do momento. Essa estratégia, contudo, é insípida e passageira. As pessoas por vezes se descobrem enganadas, e de fato não se constrói algo duradouro e consciente.

Por isso, cada vez mais as pessoas entram no movimento estudantil tentando se afastar de ambientes não-dialógicos, querendo assim construir sua autonomia na luta estudantil. “É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o espaço antes ‘habitado’ por sua *dependência*. Sua autonomia que se funda na *responsabilidade* que vai sendo assumida” (FREIRE, 1996, p.94).

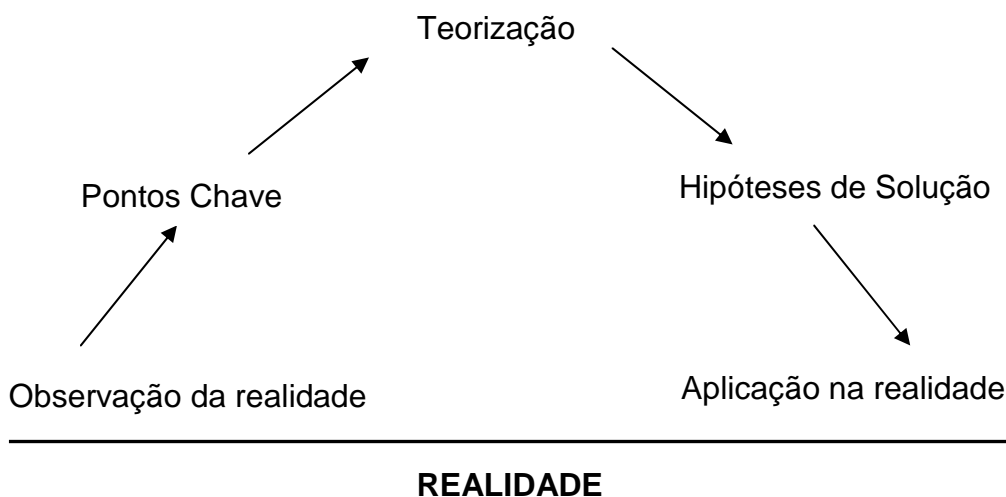
¹³ Onde se lê homens, leia-se homens e mulheres.

3.2.5 A pedagogia da problematização

Uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se ela também no processo (BORDENAVE, 1998, p.10)

Segundo Juan Diaz Bordenave a base da pedagogia problematizadora “é o reconhecimento de que a educação acontece no seio da realidade, de uma determinada realidade física, psicológica ou social. (...) A educação então é conceituada como a transformação da pessoa, enquanto ela, junto com seu grupo, tenta transformar a realidade” (BORDENAVE)

O método que Bordenave difundiu, e foi idealizado por Charles Maguerez, se chama o “método do arco”, onde se parte da observação ou vivência da realidade para que ao final do processo aconteça uma interferência nela, ou seja, partindo da realidade para pensar seus problemas, e ao final modificá-la. A seqüência de etapas e aplicação do método tem uma flexibilidade, própria de um modelo em que se trabalha a partir de uma realidade que é dinâmica e complexa.



Tentarei aqui explicar cada etapa desse “arco metodológico” a partir de uma simulação de um processo dentro do movimento estudantil, diferenciando o foco do autor que é a aplicação desse método na sala de aula, a partir da mediação do professor. Usarei o exemplo da luta do movimento estudantil pela paridade nas eleições para reitor. Fundamentarei as etapas a partir de “como deveria ser” a construção da luta baseado no método do arco, afinal não temos consciência que nossas ações são organizadas em um *método*, temos mais a

intuição de uma organização metódica a partir da experiência. Tendo isso em vista, esse exemplo servirá mais como um gancho para explicar a pedagogia da problematização, da que para retratar um fato que aconteceu na realidade do movimento, mesmo que em muitos momentos se assemelhe.

Observação da realidade:

Nessa etapa o que se observa é o problema. No caso do exemplo das eleições para reitor, se vê na realidade um problema ligado à democracia. A gestão dentro da universidade é praticamente estruturada pela participação dos docentes e o voto na eleição para reitor não é equânime entre os segmentos da comunidade, sendo o peso de 70% dos professores e 30% para técnicos e estudantes. São os professores quem escolhem os representantes e também são os únicos que podem ser representados. Os estudantes percebem esse fato como um problema e sabendo que a eleição para reitor está próxima, decidem que esta será uma questão que o movimento estudantil deve trabalhar.

Pontos Chaves:

A partir dessa observação é preciso detectar quais são os pontos centrais que norteiam essa discussão. Quais são os aspectos mais importantes dessa configuração, o que está por trás desse problema, o que lhe sustenta. É preciso listá-los:

- A questão da eleição para reitor é apenas uma dos vários degraus que compõem uma gestão. Assim, existem concepções que sustentam a atual forma de gestão.
- O estatuto da Universidade e uma lei federal obrigam que a Universidade tenha esta proporcionalidade nas eleições para reitor.
- Existem outras possibilidades na escolha do reitor. Quais são elas?
- Já existiram movimentos pela mudança dessa configuração atual (peso de 70% dos professores e 30% para técnicos e estudantes). Onde e como o movimento estudantil já lutou por mais democracia nas eleições para reitor? Existiram experiências vitoriosas?
- A nossa realidade não é favorável, uma vez que há uma enorme resistência dos professores sobre o tema e os estudantes não estão interessados.

Teorização:

Esse é o momento de estudar teoricamente cada um dos pontos chaves. O desafio dos envolvidos é primeiro tentar elaborar sua própria teoria para depois recorrer às contribuições de diversos textos, documentos, e pesquisas sobre o tema. Assim, será possível trazer soluções fundamentadas, e no caso do movimento estudantil, se ganhará também legitimidade e argumentos para fortalecer sua luta. Não adianta suscitar apenas individualmente essa observação de um problema na realidade, é preciso ganhar apoio para a causa. E isso só se

dará com o conhecimento profundo sobre a questão. “O termo *teorização* não significa aqui *aprender teorias*, mas construir uma teoria própria do fenômeno em estudo” (BORDENAVE).

Outro apontamento que podemos fazer é que essa etapa no movimento estudantil geralmente se dá em um estudo coletivo, em reuniões, onde as pessoas socializam o que sabem, e o que precisam saber. Ao mesmo tempo que essa troca coletiva é importante, há certo desleixo no estudo dentro do movimento estudantil. As pessoas acabam sabendo das informações por segundas pessoas e por isso, as vezes só ficam com informações pela metade, recheada de posicionamentos rotulados, causando uma falta de posição individual crítica e embasada.

Continuando no tema em questão, a partir de um estudo teórico sobre os pontos-chaves se verifica que:

- No estudo sobre a gestão democrática percebeu-se que as eleições não podem estar descoladas de uma luta por outra gestão em seus diversos aspectos. E que os estudantes estão fora de vários processos.

- A LDB contém várias contradições. A primeira é que essa porcentagem (70% x 30%) vem justamente no artigo em que se fala de gestão democrática. Além disso, verificou-se que acima da LDB está a Constituição Federal, que inclui um artigo sobre a autonomia das Universidades Públicas, o que entraria em contradição caso a Universidade quisesse escolher uma outra forma de gestão.

- Estudou-se as possibilidades de alteração dessa configuração na escolha do Reitor. Como a paridade nas eleições, em que se dividiria o peso entre os segmentos, ou seja, 33% para os estudantes, professores e técnico-administrativos. Outra possibilidade seria o voto universal. Assim como nas eleições presidenciais, a comunidade universitária elegeria seu reitor e cada pessoa teria o mesmo peso sem distinção de segmentos. Outro aspecto, que caberia em qualquer dessas, seria a inclusão da comunidade externa à universidade nas eleições, e para isso se deveria estabelecer critérios. Por fim, ainda teria a possibilidade de não ocorrer as eleições e a escolha do reitor seria feita por um conselho de notáveis.

- Percebeu-se com a pesquisa que em diversas universidades a paridade foi conquistada nas eleições para reitor. E que no movimento estudantil essa bandeira de luta já vem de longo prazo, inclusive na greve de 1/3, já se discutia a maior participação dos estudantes nos espaços de decisão. Assim, essa luta tem uma grande legitimidade.

- Pensou-se quais eram as fragilidades da estrutura burocrática da instituição, e em quais momentos os estudantes se mobilizaram por alguma causa. Assim, se percebeu formas de envolver o estudante nessa luta.

Hipóteses de solução:

Tendo observado o problema e entendido sua natureza, os estudantes decidiram que o melhor seria uma solução pacífica, disputando a paridade por meio de votação nos espaços de decisão, colegiados e conselho, compostos por 70% de professores e 30% de estudantes e técnicos administrativos. Além disso, optaram pela paridade por entender que aglomeraria mais força, teria argumentos suficientes já que em outras universidades se conquistou a paridade e nenhum impedimento legal foi levantado. Outra questão que os estudantes pensaram foram as estratégias para conseguir apoios. Teriam que focar suas ações em três frentes: a de comunicação com os estudantes para aderirem à causa; a pressão nos colegiados para que tirassem uma posição favorável a paridade; e a união com os outros segmentos e pessoas que apóiam a luta.

Aplicação à realidade:

É nesse momento que o plano de ação é testado, e as dificuldades e viabilidade são evidenciadas. Para isso, é fundamental uma constante reflexão sobre a ação, construindo novas teorizações peculiares àquele ambiente. A avaliação da conjuntura, se o ambiente está favorável ou não, e novas formas de intervenção são fundamentais nesse momento. O importante é não desistir, visto que é uma luta legítima e com convicção dos participantes.

Nessa etapa os envolvidos aprendem com as situações práticas, como lidar com as estruturas de poder, a dialogar com as pessoas a partir de uma idéia, entender a dinâmica dos espaços de decisão na universidade e se relacionarem com pessoas novas. Um aprendizado que só é possível vivenciando a realidade.

A partir desse exemplo o que se vê é um aprendizado dinâmico, com significado em cada etapa desse processo; as pessoas envolvidas interagiram com o tema, se engrandeceram nas experiências. Segundo Bordenave, esse método parte primeiramente “de uma visão global da realidade, que se chama *síncrese*, passa pela *análise* dos componentes e da estrutura do assunto e culmina numa *síntese*, que seria a solução final. Nesse processo as pessoas utilizam grandes formas do conhecer que são o pensamento indutivo, o pensamento dedutivo, o pensamento analógico e o pensamento dialético” (BORDENAVE).

Comparando-se com outros métodos de ensino e aprendizagem, a pedagogia da problematização é bem mais exigente, demanda muito mais trabalho e comprometimento dos

envolvidos. Porém, as conseqüências são imensuráveis. Bornenave consegue listar algumas dessas conseqüências (1999, p.267-268).

No âmbito **individual** as conseqüências são:

- O/A estudante é constantemente ativo, observando, formulando perguntas, expressando percepções e opiniões;
- O/A estudante é motivada pela percepção dos problemas reais cuja solução se converte em reforço;
- A aprendizagem é ligada a aspectos significativos da realidade;
- O desenvolvimento das habilidades intelectuais de observação, análise, avaliação, compreensão, extrapolação, criatividade e originalidade;
- O intercâmbio e cooperação com os demais membros do grupo;
- A superação de conflitos como ingrediente natural da atividade grupal;
- Capacidade crítica e auto-crítica e desenvolvimento autônomo.

No âmbito **social**:

- A população passa a ser conhecedora de sua própria realidade e há uma reação à valorização excessiva do forâneo (externo) ou sua imitação;
- Os métodos são originais e adequados à própria realidade;
- A cooperação na busca de soluções para problemas comuns;
- A redução da necessidade de um líder, pois os líderes são emergenciais (ou contingenciais);
- Exercício da democracia participativa;
- Rechaço ao autoritarismo, o paternalismo e a demagogia;
- Criação (ou adaptação) de tecnologia viável e culturalmente compatível.

Terminamos este capítulo com uma idéia-síntese em que Paulo Freire pontua vários aspectos sobre essa educação que defendemos:

É esta percepção do homem e da mulher como seres "programados, mas para aprender" e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual (1996, p.145-146)

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Este capítulo abordará os fundamentos que nortearam a pesquisa e a construção dos instrumentos de pesquisa e sua efetivação. Como uma pesquisa qualitativa, nos centramos em escolher quais seriam as melhores formas de absorver dos estudantes engajados no movimento estudantil sua percepção sobre sua formação nesse espaço. Assim, tanto o instrumento deveria ser amplo e aberto, como os critérios de escolha dos sujeitos coerentes com um aprofundamento qualitativo que queríamos.

1. Pressupostos Metodológicos

A opção metodológica desta pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa. Durante todo processo de construção da pesquisa, pensamos que “a revisão bibliográfica não é um momento formal, destinado a enfeitar o primeiro capítulo das teses de graduação; representa um momento essencial na produção das idéias que terão expressão progressiva no curso da pesquisa” (GONZÁLEZ REY, 2002, p.73).

Os capítulos anteriores a este contribuíram para que esta análise da pesquisa se sustentasse. Os primeiros capítulos surgem para compreendermos o assunto de que estamos falando - o movimento estudantil, para isso, devemos saber sobre a sua história, o que é e como se organiza. No terceiro capítulo buscamos um suporte conceitual para o foco que é a formação, trazendo que educação defendemos e qual é o entendimento de formação que temos. Neste capítulo também relacionamos essa visão de educação com o movimento estudantil. Durante toda a análise da pesquisa esse aparato nos dá subsídios para a construção do conhecimento junto com as contribuições dos colaboradores.

Como esta é uma pesquisa qualitativa não há uma distância entre o pesquisador e o tema da pesquisa, muito menos entre ele e os sujeitos da pesquisa – no caso, participantes ativos do movimento estudantil. Segundo González Rey, “o contexto interativo e o tecido relacional da pesquisa determinam a qualidade da informação, a qual só pode conseguir com o envolvimento e motivação dos sujeitos estudados” (idem, p.58). É importante ressaltar que nesta pesquisa a relação entre eu, a pesquisadora, e os colaboradores da pesquisa, foi construída no envolvimento vivencial entre nós. E eu, como militante do movimento estudantil, poderia ser também um sujeito da pesquisa.

Assim, como a motivação dessa pesquisa foi o interesse em investigar o processo de formação no movimento estudantil, trabalhei para que essa motivação também atingisse os colaboradores. Essa tarefa motivacional não exigiu grande esforço, tendo em vista o consenso

que existe de que há uma necessidade de registro dessas experiências, e também um entendimento de que, ao refletir sobre nossa prática, podemos transformá-la. O respeito e a cumplicidade de passarmos por situações juntos também fez com que os colaboradores se comprometessem com a pesquisa. “Esse tipo de pesquisa, que se apóia na participação e no compromisso crescente de quem participa nela, há de ter um sentido para os participantes, sem o qual é pouco provável que se produza o tipo de informação de que necessitamos”. (Ibidem, p.59)

Nesse sentido, a metodologia escolhida busca as contribuições desses atores do movimento estudantil na reflexão sobre as suas formações. Dessa forma, não se partiu de alguma hipótese fechada para que fosse comprovada ou não, mas da idéia de que o movimento estudantil poderia ser um ambiente de formação, uma vez que a pesquisadora nesse caso é também ator e sujeito atuante no movimento estudantil. Porém, precisava adentrar no tema, buscar informações gerais e específicas, envolver outros sujeitos nessa reflexão, somar experiências, para que se tivesse uma perspectiva de como, e o que é essa formação no movimento estudantil.

A idéia sempre foi construir o conhecimento junto com os participantes da pesquisa, diferentemente de uma pesquisa em que as possibilidades de respostas dos sujeitos são previamente estabelecidas pelo pesquisador. “Na nossa cultura em geral, e na academia em particular, nunca se estimulou o desenvolvimento do pensamento, mas se generalizou o conceito de que a pesquisa é uma via de desenvolvimento de dados que atuam como legitimadores das idéias” (Ibidem, p.65).

A singularidade também está expressa nesta pesquisa; cada sujeito traz sua contribuição, que é analisada pensando na sua complexidade como ser, e não percebida como um conjunto de respostas desvinculadas de uma subjetividade. As respostas não são classificadas em categorias pré-elaboradas: se em um momento sentimos a similaridade de idéias, consideramos essa propriedade, no entanto a diversidade de posições tem igual riqueza.

Um dos aspectos que caracterizam a produção de conhecimento na pesquisa qualitativa é a atenção ao caráter singular do estudado. (...) Na pesquisa quantitativa tradicional, em contraste, a singularidade é eliminada da rede de categorias padronizadas que orientam a produção de conhecimentos, pois só tem o status estatístico do não-significativo. (ibidem, p.70)

2. Instrumentos da pesquisa

A partir da reflexão e conceituação de metodologia, escolhemos dois momentos chaves para desenvolver os instrumentos da pesquisa. O primeiro com aproximadamente 10 sujeitos-colaboradores, que representaria um momento de reflexão sobre o tema. Por isso, caberia um instrumento escrito, para que cada pessoa se debruçasse melhor sobre o tema, tivesse tempo suficiente para elaborar idéias, pensar nas suas experiências etc; visando mais a qualidade e aprofundamento das questões que uma quantidade maior de sujeitos, com respostas mais superficiais.

Depois desse primeiro momento, seriam escolhidos por volta de cinco pessoas para participarem de entrevistas individualizadas ou discussão em um grupo focal. Seria a partir da análise coleta do instrumento escrito que decidiríamos se o aprofundamento das questões seria feito em entrevistas individuais ou a partir de uma reflexão coletiva em um grupo focal.

Segundo Gozález Rey,

“A definição dos instrumentos deve integrar sempre formas orais e escritas, pois uma atua como elemento descentralizador da outra e chegam a envolver o sujeito em uma reflexão crítica sobre sua própria experiência. Ambas as formas de expressão se desenvolvem como um *continuum* nos diferentes diálogos que coexistem como expressão da trama social constituída no processo de pesquisa” (idem, p. 91)

O instrumento escrito¹⁴ foi organizado em três grupos de questões. O primeiro com foco na caracterização mais objetiva do sujeito (idade, curso, etc); o segundo na caracterização do sujeito na sua relação com o movimento estudantil (como foi a entrada, porque participa etc); e por fim foram feitas perguntas e frases a completar, para que a pessoa refletisse sobre suas experiências e pensamentos acerca do tema da pesquisa (o que aprendeu no movimento estudantil, a diferença dos espaços do movimento estudantil com o curso etc.).

As questões foram elaboradas de tal forma que o sujeito pudesse escrever livremente, e sem as amarras que têm as perguntas objetivas, muito menos escrever a partir da expectativa do pesquisador. O objetivo era colher o máximo de contribuições sobre o tema na perspectiva subjetiva de cada um.

As respostas dos participantes pelo instrumento escrito foi feito de forma tão abrangente, eles forneceram elementos tão profundos, ricos e cheios de significados, que nos surpreendeu positivamente. Acabamos assim, decidindo por não desenvolver mais o momento

¹⁴ Em anexo ao final deste trabalho.

com o instrumento oral, mesmo sabendo que perderíamos aspectos diferenciados que esse instrumento traz.

A difícil escolha de excluir as atividades orais nos impediu de acrescentar à pesquisa um elemento marcante do movimento estudantil: a predominância da cultura oral. Mas, por outro lado, o instrumento escrito propiciou a possibilidade de as pessoas se expressarem mais confortavelmente para expor suas idéias, já que as questões são bem pessoais. Outra ponderação que fizemos é que, se com o material escrito já tínhamos elementos para “escrever um livro”, imagine quando fizéssemos a parte oral! Talvez se tivéssemos mais tempo, poderíamos ter pernas para sistematizar ambos os instrumentos. Com o tempo que dispúnhamos talvez nos perdêssemos com tanta informação, perdendo o foco da pesquisa, enfraquecendo a questão essencial a que nos propomos. Quem sabe desenvolveremos essa idéia em outro momento?

Outro aspecto importante a destacar foi como se deu essa comunicação e convite aos colaboradores. O primeiro contato foi feito de forma presencial, salvo os casos em que não foi possível combinar com a pessoa um encontro. Conversei um pouco sobre o que era a pesquisa, e convidei cada um a elaborar suas respostas, explicando de forma clara que não era um simples questionário a ser respondido rapidamente. Todas as pessoas foram bem receptivas, e por uma demanda delas mesmas, além de entregar as perguntas e frases a serem completadas impressas e em mãos, enviei-as por e-mail para cada um. Essa ferramenta tecnológica tanto ajudou os participantes, que estão acostumados e preferem elaborar a escrita pelo computador, quanto me possibilitou economizar um tempo enorme na sistematização para a análise.

3. Caracterização dos sujeitos-colaboradores

Para escolher os colaboradores da pesquisa definimos três **critérios**:

1 - Ter participado dos espaços do movimento estudantil institucional da UnB.

Como expomos no capítulo 2, o movimento estudantil não se caracteriza somente por aqueles espaços institucionais de representação, porém, para essa pesquisa foi importante colocar esse critério na escolha dos sujeitos da pesquisa. Afinal, seria necessário que os sujeitos se identificassem como pertencendo ao movimento estudantil. Muitas pessoas que se engajam em lutas ambientais, em grupos religiosos ou até nas empresas juniores, não se identificam como participantes do movimento estudantil. Isso comprometeria uma análise

mais focada, mesmo acreditando que em todos os espaços do movimento estudantil as pessoas passem por uma formação diferenciada. Escolhemos que seria a UnB o nosso espaço de investigação pela proximidade e facilidade de contato com os participantes.

2 - Ter se engajado no movimento estudantil por pelo menos 3 anos.

Esse critério surgiu para que pudéssemos contar com pessoas que já tivessem bastante experiência dentro do movimento estudantil, em suas diversas áreas de atuação, ou seja, que já tivessem passado por uma vivência mais completa no movimento estudantil. Além disso, por participarem há mais tempo no movimento estudantil, provavelmente teriam refletido sobre suas experiências e sobre as práticas do movimento.

3 - Pertencerem a diferentes grupos do movimento estudantil.

Não adiantaria fazer uma pesquisa no movimento estudantil sem contar com sua diversidade de pensamentos políticos. Era bem provável que essas diferenças interferissem na reflexão dos sujeitos sobre a sua formação. Por isso, mesmo que encontrássemos pontos em comum em todos os sujeitos, com certeza a diversidade de pensamentos enriqueceria uma análise em que o foco é justamente um movimento que debate diferentes idéias e formas de ação.

Participaram da pesquisa 11 pessoas, com idade entre 23 a 28 anos, fazendo os seguintes cursos na Universidade: Pedagogia, Ciência Política, Relações Internacionais, Antropologia, Biblioteconomia, Estatística e História. Essa tendência para os cursos na área de humanas é sintomática, uma vez que no movimento estudantil é nestes cursos que há um maior número de participantes.

Essas pessoas têm uma participação no movimento estudantil que em geral supera os cinco anos, já que muitas delas inclusive já começaram a participar desde o ensino médio. Em sua maioria, ingressaram entre os anos de 2002 e 2004, o que nos faz perceber que eles se encontraram nos espaços do movimento. Desses onze participantes apenas três concluíram a graduação, sendo que uma delas continua na UnB na pós-graduação. Essas outras duas se formaram há menos de um ano. Isso foi importante para que as vivências ainda estivessem latentes na vida dessas pessoas, para que a reflexão não fosse feita de uma forma tão distanciada da sua experiência.

CAPÍTULO V - A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DO DIÁLOGO: TRANSFORMANDO AS EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CONHECIMENTO

Na análise dos instrumentos respondidos, revelou-se grande diversidade entre as respostas, mas também alguns pontos comuns. Ambos são importantes na investigação sobre a formação no movimento estudantil. Dessa forma, teremos elementos para compreender as características peculiares ao aprendizado no movimento estudantil, assim como as diferentes possibilidades de formação que esse espaço oferece.

A primeira etapa desse diálogo se dá com as experiências que esse grupo de pessoas viveu durante sua militância social, no movimento estudantil e na universidade, o que é importante para compreendermos melhor esse grupo e cada um na sua singularidade. Entenderemos a motivação de cada um em ter entrado e permanecido no movimento estudantil, quais são as influências familiares e do contexto social em que cada um se encontra, além disso, com quais ideologias se identificam e em que espaços e movimentos eles atuam ou atuaram.

A segunda etapa entra na questão que mais queremos aprofundar, que é a formação dessas pessoas no movimento estudantil. A experiência de cada um contribui para tecermos uma idéia do que é o movimento estudantil como espaço formador. Para isso, analisamos *o que* se aprende e *o como* se aprende no movimento estudantil, em quais aspectos se relaciona e se diferencia da formação no curso, além do sentido dessa formação para cada sujeito.

1. Experiências relacionadas ao movimento estudantil

Perguntado aos colaboradores quando foi a sua entrada no movimento estudantil da UnB, foi unânime a afirmação que ela ocorreu a partir do primeiro ano do curso. Isso demonstra uma predisposição em participar de grupos para interferir na vida da universidade, já no começo do curso. Como podemos reafirmar em alguns depoimentos:

“Desde muito novo sempre tive interesse e vontade de militar politicamente”
(Paulo¹⁵).

“Já entrei na universidade com a disposição não só de estudar, mas de encontrar espaços para atuar politicamente” (João).

¹⁵ Os nomes dos colaboradores são nomes fictícios, demos a oportunidade cada sujeito escolher seu nome fictício, com exceção de poucas pessoas que não conseguimos contatar e tivemos que escolher.

O outro aspecto importante de ressaltar é que grande parte das pessoas já tinha participado do movimento estudantil antes da entrada na Universidade. Das 11 pessoas, 6 militaram em alguma medida em grêmios nas escolas, como representante de turma, no conselho escolar, em fórum de grêmios etc.

Sobre a **motivação** em participar do movimento estudantil, um ponto comum é o idealismo de mudança da realidade, vendo no movimento estudantil um espaço para poder interferir e ser sujeito nas ações, como colocaram os sujeitos:

“Minha principal motivação para participar foi buscar algum espaço que, em paralelo aos meus estudos de sala-de-aula, pudesse me levar a contribuir com a construção de um mundo mais justo” (João).

“Percebi que o movimento poderia transformar a realidade que vivíamos. Também me via como responsável por qualquer transformação e pela situação atual do espaço em que estava. Também as desigualdades e injustiças sociais me incomodavam, a convivência com elas não é fácil e a transformação dessa realidade se torna fundamental” (Elis).

“Posso dizer que a única coisa que se manteve durante todo o período da minha participação é a revolta, rebeldia, desejo de construir mudanças. Isso me levou a participar tanto do movimento estudantil como de outros movimentos” (Paulo).

“Construir um mundo com igualdade, solidário e com desenvolvimento ambientalmente e socialmente sustentável, humanista, uma sociedade socialista!” (Joaquim).

Também notamos aspectos motivacionais mais concretos ou específicos relacionados aos espaços em que estavam inseridos.

“Possibilidade de ser protagonista em atividades que visam mudança dos paradigmas da Universidade” (Márcia).

“Comecei a participar na minha escola porque enxergava a possibilidade de, em conjunto com outros amigos, mudar a realidade da nossa escola” (Juan).

“A luta pela gestão democrática, a união de estudantes e professores, a percepção de as oportunidades para a juventude são muito desiguais” (Helena).

“A primeira e mais importante (motivação) foi sempre acreditar no movimento coletivo, buscando sempre o melhor para os estudantes e para a universidade, a experiência de plantar uma sementinha para que as próximas gerações continuem este trabalho, de forma ética e justa.” (Santiago).

É interessante notar que a partir de um aspecto mais específico essa idéia mais macro também pode surgir:

“Nesse começo eu tinha uma visão mais micro do impacto do ME¹⁶, pensando mais na minha escola. Mas nesse mesmo ano, quando eu comecei a participar das atividades do Fórum de Grêmios do DF – que na época estava em formação – e me dar conta de que os problemas que me incomodavam estavam presentes em várias outras escolas também. Aí eu me dei conta da importância da articulação em rede do ME. E isso me fez ter uma visão mais ampla sobre o ME” (Juan).

Essa motivação para entrar no movimento estudantil é a mesma que leva a maioria dessas pessoas a se envolverem em **outros projetos, movimentos, espaços** dentro e fora da Universidade. No seu curso essas pessoas também procuraram uma formação mais voltada a interferir nos problemas da sociedade e para além da universidade, unindo a luta estudantil a outras. Todos listaram algum outro envolvimento, fora o movimento estudantil, como podemos ver na diversidade dos espaços citados:

Projetos de extensão: Política na Escola, Mulheres das águas e educação ambiental em Santa Maria, Filosofia na Escola, Vestibular Cidadão, Política no dia-a-dia em São Sebastião, Quintas Urbanas, Estágio de Vivência em Assentamentos do DF e Entorno, PRONERA.

Outros movimentos: Movimento dos Trabalhadoras/res Desempregadas/dos, Grito dos Excluídos, Convergência de Grupos Autônomos, Centro de Mídia Independente, Movimento Passe Livre, Conlutas, ELACT (encontro latino americano e caribenho dos trabalhadores), Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária da UnB (RALACOCO), ONG Instituto de Educação Sócio Ambiental, Frente Fora Noroeste, comitê pela libertação do Cesare Battisti, Recepção aos Calouros de Pedagogia, Centro/Circuito Universitário de Cultura e Arte da UNE, Grupo de teatro de rua “Assalto”, entidade sócio-ambientalista chamado Amigos das Veredas em Brazlândia, Clube de Yoga Mover Juntos, Tome Consciência, TUPÃ (Turma Unida Pró-Agroecologia).

Pode se ponderar como é possível essas pessoas se envolverem em tantas coisas ao mesmo tempo, visto que todas elas (com exceção de uma pessoa) participaram também de pelo menos alguma entidade no movimento estudantil, como o CA, DCE, UNE, Executiva ou como representante discente nos colegiados (sendo que na maioria dos casos em mais de um desses espaços). Talvez uma das explicações para isso surja em algumas colocações bem fundamentadas, quando perguntados como o seu **contexto sócio-cultural** influencia na militância social:

¹⁶ Onde se lê “ME” leia-se “movimento estudantil”.

“Meu contexto sócio-cultural e familiar influencia na minha militância social na medida em que: Tive acesso privilegiado a meios de instrução e de informação que facilitaram meu ingresso na universidade; Não precisei trabalhar para me manter na universidade; Tive maior disponibilidade de participar de reuniões e ações do ME do que estudantes carentes ou que por algum outro motivo tenham menor disponibilidade” (João).

“A militância no ME depende muito do entendimento familiar, disponibilidade de tempo e estabilidade financeira do militante, uma vez que esta (atividade) não é remunerada e não ‘tida como preparativa para o mercado de trabalho’. A demanda de tempo/condição para se dedicar ao movimento é muito alta, não sendo impeditivo, porém bastante restritivo” (Bruno).

“O fato de eu não ter que lutar pela garantia das minhas necessidades básicas, ter tido uma educação de qualidade reflexiva me permite dedicar para luta contra as injustiças sociais e pela transformação social” (Nina).

Essa é apenas uma das explicações para isso, afinal encontramos também no espaço do movimento estudantil, muitos estudantes trabalhadores/as que arrumam no seu tempo atribulado espaços para militância, e vemos que quando assistidos pelo direito de morar na casa do estudante ou trabalhar na própria UnB, a disponibilidade para a militância também aumenta. O contexto social pode influenciar de outra forma no engajamento nos movimentos sociais:

“Sempre morei em áreas periféricas, tive muito contato com todos os problemas sociais, vi muitas coisas absurdas e muitas pessoas sofrerem. Isso pode ter me sensibilizado culturalmente para seguir o caminho que hoje eu percorro” (Santiago).

“O fato de eu ser negro, de família negra e periférica, pobre, certamente influencia o nível da minha militância e ativismo” (Paulo).

Fizemos a pergunta aos nossos sujeitos-colaboradores do por que estão no movimento estudantil, e como surgiu a motivação para esse envolvimento. Percebemos que, para muitos essa intenção veio a partir de uma influência da família. Seis pessoas mencionaram como o **contexto familiar** estimulou sua participação em movimentos sociais:

“Meus pais sempre fizeram campanha para o PT e nos levavam juntos - nem que fossemos obrigados. Além disso, sempre foram críticos em relação aos problemas sociais brasileiros” (Helena).

“Minha mãe era professora do primário, e sempre me educou para ser uma pessoa honesta, humanista, que não aceita como naturais as injustiças sociais e os problemas da

sociedade, e que se deve lutar por aquilo em que se acredita. Ela sempre atuou e continua atuante no movimento sindical docente, mesmo que nunca tenha participado de chapa ou direção sindical, sempre participou e participa das assembléias e das greves, mesmo estando hoje aposentada” (Joaquim).

“Toda minha família tem algum tipo de engajamento político. Desde meus avós que foram presos na ditadura militar à minha mãe e tias que têm envolvimento político-sociais, tod@s aqui em casa temos experiências e motivação pra atuar politicamente. Dessa forma, desde que sou pequeno estou acostumado a certas discussões, parece um curso de formação constante e desde minha infância”(Juan).

Outros tiveram essa influência vinda de casa, mesmo que tenham se afastado, em um segundo momento, das posturas políticas da família:

“Durante algum tempo minha irmã fez parte do movimento estudantil. Isso favoreceu minha entrada no ME, porém minha atuação nas questões políticas e ideológicas foram mais aprofundadas e por vezes criticadas dentro de casa” (Elis).

“Na minha casa sempre tiveram muitas discussões políticas, mas meus pais nunca foram atuantes e também são mais de centro-direita” (Márcia).

Retomando parte do depoimento de Juan *“parece um curso de formação constante e desde minha infância.”*, traz-se a questão de como essa formação familiar representa um importante aspecto quando estamos trabalhando a formação no movimento estudantil. Até que ponto a influência que as pessoas trazem de casa contribui para essa maneira de se aprender no movimento estudantil? Essa é uma questão importante, porém não cabe aprofundar nesse trabalho.

Pensando no nosso terceiro critério para a escolha dos colaboradores, que era a diversidade de grupos políticos e ideológicos, foi perguntado a cada um deles com que **grupo ou ideologia política** eles se identificavam. Alguns colocaram que têm um envolvimento mais ligado a partidos políticos e esclareceram em que grupo estão e em qual ideologia acreditam, conforme se explicita no quadro abaixo:

Quem?	Grupo	Ideologia
Helena	Partido Comunista do Brasil. União da Juventude Socialista	Comunista e socialista
Márcia	Partido dos Trabalhadores (PT), e me identifico com o Campo de Movimento Estudantil Nacional: Reconquistar a UNE para a luta e para os (as) estudantes, impulsionado pela tendência interna do	Esquerda e socialista

	PT: Articulação de Esquerda.	
Bruno	Identificação com o PT, mais especificamente com a tendência Democracia Socialista. No movimento estudantil, milito no campo nacional Kizomba.	Marxista
Joaquim	Partido dos Trabalhadores	Socialista
Sérgio	PSTU	Socialista

Já outras pessoas apresentaram convergência com outros grupos políticos e ideologia, como:

Quem?	Se identifica com?
João	Não me identifico plenamente com nenhum partido político, apesar entender que alguns deles podem ser parceiros táticos. Não só não me identifico com o programa dos partidos políticos, mas com a idéia de partido político como instrumento político seja de uma reforma seja de uma revolução social. Diria que minhas principais aproximações ideológicas são com as lutas autonomistas que marcaram bastante os anos 60 nos EUA e na Europa, os movimentos de vida alternativa... Em Brasília, me identifico com as estratégias múltiplas e difusas da Convergência dos Grupos Autônomos e por isso participo dessa convergência.
Paulo	Ideologicamente minha formação é anarquista. Todavia minha atuação deu-se mais em espaços com influências ou diálogos libertários que espaços anarquistas propriamente ditos. No DF participo de movimentos e grupos de inspiração autonomista, que tanto são compostos por correntes próximas ao anarquismo como de um próprio anarquismo autonomista.
Elis	Procurei me afastar dos campos políticos (vinculados à visões dos partidos políticos). Durante algum tempo, tive uma aproximação ideológica com os campos “independentes”, porém sempre defendi a participação em partidos como forma de formação política.
Juan	Com grupo político me identifico com o Reconstruindo o Cotidiano, do qual faço parte. Em termos ideológicos, me oriento por uma concepção coletivista de esquerda, entendendo a sociedade como espaço central de disputa dos rumos da nossa sociedade.
Santiago	Me considero e acredito no socialismo, em sua forma mais integral, mas não levanto nenhuma bandeira partidária.
Nina	Eu tenho uma ideologia sim, não é uma ideologia marxista nem mesmo capitalista, mas não acredito que alguém possa viver sem uma ideologia... No movimento estudantil não gosto da atuação dos partidos políticos.

Agora que já conhecemos um pouco mais de nossos colaboradores, podemos passar para análise do que eles pensaram sobre a sua formação no movimento estudantil. Afinal, no movimento estudantil se aprende “melhor” que na sala de aula? O que se aprende? Como se aprende? Essas são as perguntas que nortearão a próxima etapa deste trabalho.

2. O movimento estudantil como espaço de formação

Esta parte do trabalho é dividida em três momentos: os dois primeiros abordam dois diferentes aspectos da formação no movimento estudantil e o terceiro momento faz um fechamento sintético dessa análise reflexiva.

Explicando melhor, o primeiro momento será sobre as diversas **possibilidades de aprendizados** no movimento estudantil, a partir de temas que aparecem em evidência nas colocações dos sujeitos. Notamos que os temas mais abordados foram: o trabalho coletivo, as relações sociais, as habilidades de expressão e comunicação adquiridas e outros aspectos ligados à práxis cotidiana.

O segundo momento não está de forma alguma desvinculado do primeiro, nesse sentido aprofundaremos mais sobre as **metodologias** utilizadas na formação do movimento estudantil. O como, a maneira e o modo de se aprender no movimento estudantil são analisados. Para isso, também usamos a estratégia de comparar a visão dos colaboradores sobre a maneira de aprender no curso e no ME.

O terceiro momento é mais sobre qual o **sentido da aprendizagem** que os colaboradores dão na formação do movimento estudantil. Para isso, analisaremos o significado do movimento estudantil para cada sujeito, suas percepções do que foi o movimento estudantil como espaço de formação, e as perspectivas futuras de cada um.

2.1 Possibilidades de aprendizagem: o que se aprende?

- **O trabalho coletivo**

São três aspectos ligados ao aprendizado no trabalho coletivo que ficaram mais marcantes. O primeiro é sobre o aprendizado direto que se tem, simplesmente ao se deparar com o trabalho coletivo, ou seja, aprender a se relacionar e se entender com o outro, que é em muitos aspectos diferente de mim. Isso leva a várias implicações. A primeira é aprender a trabalhar e articular com a diversidade: *“Aprendi trabalhando conjuntamente com pessoas ideologicamente, socialmente, diferentes de mim”* (Nina).

O segundo aspecto é sobre o aprendizado que a força do trabalho em grupo tem, a partir de uma organização e construção democrática. Percebi que há consenso quanto à predisposição em trabalhar em grupo, por entender como estratégia de organização efetiva e transformadora: *“Aprendi que é pela articulação coletiva e horizontal que conseguimos transformar nossa realidade”* (Juan).

O terceiro aprendizado é um sentimento de coletividade, quando se percebe que as ações individuais também devem ser norteadas por um pensar coletivo. Alguns ressaltaram sua percepção, a partir do movimento estudantil, que a sua ação não se configura pensando apenas no benefício próprio, mas para o do bem comum. Essa consciência perpassa as atitudes pessoais cotidianas: *“aprendi a ver as coisas na lógica menos individualista”* (Márcia). Essa questão da coletividade como um aprendizado ficou evidente em todos os depoimentos dos participantes, sem nenhuma exceção, mostrando o quanto faz falta nos outros espaços de formação o trabalho coletivo.

- **Relações sociais**

O segundo ponto em que as pessoas mais apontaram aprendizados foram as relações humanas. João resalta que esse aprendizado nas relações pessoais não se limita ao espaço do movimento estudantil, mas também é aprendido em outros espaços sociais. Porém, no espaço formalmente estipulado como formador – a sala de aula –, esse aprendizado não ocorre: *“Talvez eu poderia aprender essas coisas da importância da relações sociais em outros ambientes, como uma igreja, um grupo de escoteiros...mas nunca numa sala de aula onde as relações sociais são tão pouco valorizadas.”* Dessa forma, os aspectos mais relevantes que o movimento estudantil proporciona às relações sociais vêm justamente desse contato com o outro, que é diferente. Tanto que três pessoas expressaram que aprenderam a ser mais pacientes, afinal o processo coletivo é mais demorado e trabalhoso, para isso a paciência em respeitar o tempo do outro é fundamental.

Além disso, revelaram que aprenderam a “quebrar rótulos” e “se livrar dos preconceitos”, isso é de uma relevância imensa. Paulo Freire resalta a importância da rejeição de qualquer forma de discriminação para uma ação educadora: “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega a democracia” (1996, p. 36). Na medida em que o movimento estudantil, nos seus espaços de interação, leva as pessoas a refletirem e assumirem na prática um repúdio à discriminação, ele cumpre um importante papel educador. Como uma prática contínua, seus espaços não vão estar isentos de atitudes preconceituosas, o importante é que se tenha um ambiente que estimule à ‘quebra desses rótulos’. *“As posturas que o movimento estudantil, ao longo do tempo, me fez adotar em termos de convívio social, forma de tratar as pessoas, disposição a discutir coletivamente os rumos das coisas que dizem respeito à minha vida... com certeza isso não se perde tão fácil”* (João).

Outro aspecto interessante foi a mudança da postura individual a partir do envolvimento do movimento estudantil. Elis diz que passou a se posicionar e não ficar calada; João conta que se tornou mais extrovertido. Ou seja, a prática do movimento exige que as pessoas se coloquem mais nos espaços, principalmente porque o ME é um ambiente onde as discussões e decisões são feitas a partir da linguagem, na maioria das vezes oral. Exige também que você se posicione, ou mais que isso, que contribua para a construção de uma idéia-ação.

- **Habilidades e competências de expressão e comunicação**

O aspecto mais citado pelos sujeitos foi a questão da habilidade comunicativa. Justamente por esse ser um espaço coletivo, de constante debate de idéias, e pela sua característica oral, é inerente o desenvolvimento da habilidade de comunicação. A habilidade discursiva foi citada por seis pessoas.

Quando nascemos e completamos os primeiros anos de vida, uma das principais conquistas é o aprendizado da fala, mas pelo que vemos aqui, o “aprender a falar” ainda é aprendido em outros momentos da vida. Nesse sentido, saber expor as idéias organizadamente na sua fala é uma habilidade que, na atuação no movimento estudantil, é fundamental. A linguagem é poderosa, e as pessoas começam a perceber como utilizá-la e qual a sua importância nas relações de poder: *“aprendi a falar e me perceber como uma pessoa que tem o poder da fala” (Elis)*. Mas para que se tenha um diálogo é necessário ouvir, algumas pessoas falaram que no movimento estudantil aprenderam a escutar. João faz uma crítica: *“Por outro lado, não posso negar que aprender a falar não significa aprender a escutar. E neste tocante, o movimento estudantil me ofereceu algum ensinamento, conquanto bem precário”*.

Paulo Freire diz que “o diálogo se faz em uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia” (1987, p. 81). O diálogo nesse sentido só é feito na medida em que o falar e o ouvir são respeitados e realizados em um clima de confiança. No diálogo a fala não pode ser para impor uma verdade, nem uma doação do pronunciar de uns a outros. “É um ato de criação” (idem, p. 81), onde os sujeitos dialógicos estão abertos para construir uma idéia, mesmo que no final das contas as idéias sejam tão contrárias que nada se consiga construir. Se as pessoas, ao entrarem em uma conversa já forem fechadas ao diálogo, de nada contribuiu aquela comunicação, a não ser para firmar posições. É comum ver no movimento estudantil a disputa de posições feita somente para tentar convencer o outro da sua posição, sem um diálogo efetivo.

Essa foi uma crítica que muitas pessoas fizeram quando perguntadas *o que não gostavam no movimento estudantil*. Algumas opiniões refletem de forma bem madura essa questão:

“Não gosto do “estilo literário” dos discursos do movimento estudantil: falas verborrágicas, cheias de jargões e carentes de opiniões próprias. É uma forma de discurso meio rígida. Quem a domina nem percebe que a utiliza enquanto recurso de autoridade. Quem não a domina ou abre mão de falar suas opiniões ou abre mão de suas opiniões para se expressar preocupado mais com a forma de falar do que o conteúdo que gostaria de expressar. Quanto mais central o espaço enquanto espaço de tomada de decisão, mais a forma da fala é rígida. E quando essa forma rígida de falar não corresponde às necessidades de se negociar as questões em jogo, se opta por espaços restritos de decisão (entre as lideranças das forças políticas)” (João).

Outra questão que foi levantada é como as palavras podem estar distantes das ações, contrapondo o que colocamos no capítulo 3 sobre a práxis inerente ao diálogo: “Não há palavra verdadeira que não seja práxis” (FREIRE, 1987, p. 77). Márcia critica: *“Não gosto das disputas de opinião que interferem pouco na prática. Acho que as pessoas gostam de falar e influenciar, mas muitas ações que não geram visibilidade, porém essenciais, são deixadas de lado e comprometem todo o movimento”*.

O interessante é que essa insatisfação com uma fala mais propositiva e a crítica de que não há diálogo é feita por pessoas de grupos bem diferentes e que se encontram nesses espaços. Uma dica dessa possível contradição entre o que se percebe e o que se faz, é o Bruno quem dá: *“não gosto da incapacidade de diálogo muitas vezes por ego, auto-preservação, purismo, sectarismo e idiotice. Muitas vezes reforçados por nós mesmos”*.

Apesar dessa grande ênfase dada à linguagem oral, Márcia apontou que no movimento estudantil aprendeu, além de falar, a escrever. Não podemos negar que uma das atividades comuns no movimento estudantil é a confecção de notas, zines, jornais e panfletos para a comunicação com os estudantes. Essa desenvoltura formal da escrita é adquirida principalmente nesses instrumentos; afinal, a linguagem no ambiente virtual (muito utilizada no movimento estudantil nas listas de discussões e site de relacionamento), mesmo que escrita, tem um caráter mais oral.

Essa comunicação é, por vezes, unilateral, um monólogo: *“se o leitor não tiver subsídio sobre os autores, não possuir acúmulo prévio, percepção de importância do tema, relevância da informação, identidade ideológica e entendimento dos conceitos utilizados - a informação muitas vezes não comunica ou é pouco relevante” (Bruno)*. No fundo não é exigir

do outro uma compreensão daquilo que se quer passar, mas sim se fazer entendível aos ouvidos dele. “Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens¹⁷ a quem falam. Sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante” (FREIRE, 1987, p.87).

- **Os aprendizados na práxis cotidiana**

Outra habilidade que se mostrou presente nas opiniões dos colaboradores foi a **capacidade de solucionar e resolver os problemas**. Essa questão vai ao encontro da pedagogia da problematização de Bordenave, que coloca como motivação para a ação a observação de problemas na realidade. Esse “deparar” com um problema cria uma demanda, segundo Elis e Helena, de tomar iniciativa e ser mais autônomo. Afinal, a quem está vendo o problema e não o admite, resta a alternativa de tomar uma iniciativa para resolvê-lo. Nessa ação que surge de uma insatisfação, outros vários aprendizados são adquiridos no movimento estudantil. Como por exemplo, a habilidade em lidar com os conflitos, citado por 4 pessoas: “*aprendi a negociar*” (João) , “*saber lidar com situações de tensão e disputas, são necessidades aprendidas no ME*” (Elis), “*Busca-se enfrentar conflitos, soluções a problemas reais, desarmar bombas: tudo junto, tudo agora*” (Bruno). Esse aprendizado se dá justamente pela articulação e aplicação das soluções na prática, e como os espaços do movimento estudantil são fundamentalmente políticos, essa situação de mediar e viver o conflito é muito intensa.

Seguindo o pensamento do método do arco de Manguerez, apresentado por Bordenave (BORDENAVE, 1998), não fica claro no movimento estudantil em que momento se dá a etapa de teorização. O que conseguimos aferir de algumas respostas é que o aprendizado conceitual no movimento estudantil é grande, e se dá sempre em relação e no decorrer das ações estudantis, como exemplifica Elis, que hoje entende muito melhor a avaliação institucional, “*assunto que estudei exaustivamente durante as discussões sobre o boicote ao ENADE*”.

Outros assuntos teóricos que foram estudados com a demanda da ação no movimento estudantil, apontados pelos sujeitos, foram:

“*Aprendi muito sobre política educacional, sobre como funciona a universidade, a mídia, o governo, a sociedade civil e suas organizações políticas*” (João).

¹⁷ e mulheres.

“A formação no movimento estudantil dá uma base para o estudo, reflexão e posicionamento sobre as políticas que regem a educação e sobre as formas de organização das entidades” (Elis).

“Esses anos de Movimento Estudantil me deram uma formação muito sólida e profunda sobre diversas questões, desde a formação militante, da importância da atuação social, até um conhecimento maior sobre diversas áreas como direito, história, educação, transporte, saúde e tantos outros temas com os quais trabalhamos no movimento” (Joaquim).

É fundamental para alguém que está imerso na universidade saber dos assuntos a ela inerentes. Esses são aprendizados que deveriam estar nos currículos dos cursos de graduação, mas que só é possível aprender se alguém atua em espaços diferenciados. As pessoas passam pela universidade sem saber onde decisões fundamentais são tomadas, e mais que isso, sem saber que podem participar e construir essas decisões. Estudam em uma instituição educacional, mas nada sabem sobre as políticas que estão sendo implementadas no espaço que ocupa. Dentro do movimento estudantil, as pessoas encontram um espaço para aprender sobre assuntos mais amplos e macro que rodeiam e influem no nosso cotidiano.

O aprendizado no movimento estudantil não é “só flores”. Ao mesmo tempo em que se consegue uma formação mais sólida e menos alienante, há uma crítica a ser levada em consideração: *“O movimento Estudantil atualmente formula muito pouco, e conseqüentemente, não ensina muita teoria e conteúdo mais profundo aos seus militantes. Ou o militante corre atrás sozinho de um conhecimento mais aprofundado sobre a universidade, sobre sua administração, sua história nos mais diferentes aspectos, ou ele se formará como um militante superficial no campo teórico”.*

Isso mostra que ainda está enraizada uma visão de que é necessário um momento em que alguém ensina e o outro aprende. Sabemos que durante a prática se vê uma necessidade fundamental para o prosseguimento do estudo, no fundo é importante que o movimento estudantil tenha um ambiente favorável à formação teórica, mas não vejo alternativa que não seja um estudo autônomo e coletivo. O que o Joaquim levanta de importante é a crítica sobre a prática virar um ativismo, que é quando não se tem uma reflexão crítica sobre a ação: o “fazer por fazer”. Mesmo encontrando nas falas dos sujeitos aprendizados consistentes, é comum, em diversos espaços do movimento estudantil, uma prática sem se entender o por quê de estar fazendo aquilo, virando assim uma rotina viciada ou uma ação por uma demanda não compreendida em sua relevância.

Em contraposição ao ativismo (prática sem teoria) é comum encontrar no movimento estudantil um verbalismo (que é a discussão sem prática); Joaquim novamente contribui,

fazendo uma crítica a essa postura no movimento estudantil: *“Também não gosto do ‘reunionismo’, em que gastamos tanta energia e tempo em reuniões intermináveis, muitas vezes as pessoas repetem as mesmas idéias de sempre, o que acaba afastando pessoas novas que não gostam desses espaços. Além disso, não nos sobra energia e tempo para fazer a militância real, executar as atividades e ações do próprio movimento”*.

Essas duas dimensões não conseguem encontrar seu equilíbrio, que seria a práxis. No momento em que as reflexões são coerentes com a prática, e prática é feita com uma intencionalidade reflexiva, se tem uma prática mais saudável e perene. *“As qualidades e virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos”* (FREIRE, 1996, p. 65).

É com a reflexão sobre as contradições é que se cresce, os processos educativos efetivos têm um movimento dialético, em que parte-se de uma realidade concreta (*síncrese*) que tem suas contradição, se faz uma *análise* dos componentes da estrutura do assunto para modificá-lo, culminando por fim numa *síntese*, que posteriormente entrará em outras contradições.

Podemos usar o exemplo das reuniões no movimento estudantil, para ver como costuma se dar esse movimento: A partir da percepção de que as reuniões são cansativas e pouco produtivas, faz com que as pessoas desenvolvam habilidades e estruturas em oposição a essa dinâmica fadigosa. A síntese dessa análise é uma mudança de postura, como a que coloca Márcia que aprendeu a ter mais objetividade, afirmando que *“o movimento estudantil desenvolve em nós melhor capacidade de síntese”*. Pelo fato de as reuniões apresentarem geralmente uma dinâmica de inscrições e tempo nas falas, as pessoas precisam organizar sua fala, sintetizar seus pensamentos, escolher os pontos mais importantes para falar. Isso desenvolve habilidades incríveis, as pessoas são estimuladas a ser menos prolixas e mais claras e objetivas.

Além disso, essa experiência nas reuniões e situações de conflitos leva as pessoas a serem menos ingênuas nas relações políticas: *“aprendi que quase tudo que é importante conhecer está escrito nas entrelinhas dos fatos/pessoas”* (Elis), *“Aprendi a entender as relações que estão por trás dos debates formais”* (Helena). Esses são aprendizados muito subjetivos, que não há como alguém ensinar: a aprendizagem se dá com experiência prática.

2.2 Uma didática do movimento estudantil: Como se aprende?

Falamos muito sobre *o quê* se aprende no movimento estudantil e demos pistas de *quais* momentos e espaços em que se aprende: na mediação de conflitos, na resolução de problemas, nas reuniões etc. Tentaremos aqui aprofundar um pouco mais sobre *o como*, sobre essa **maneira** de se aprender no movimento estudantil. Uma frase que sintetiza bem a idéia desse modo de formação do ME, é expressa por Sérgio, quando diz: “*no movimento estudantil o aprendizado é mais intenso e é um aprendizado para a vida*”.

Assim, as pessoas levam do movimento estudantil aprendizados que permeiam todos os espaços vividos: “*Aprendi a respeitar diferenças*” (Bruno), ou “*Aprendi a me importar com o que não considero justo e a tentar modificar o injusto*” (Elis). Percebemos que inclusive aquilo que é atribuído aos outros espaços tradicionais de formação é aprendido no ME. A Helena faz um depoimento muito explicativo, mostrando como o movimento estudantil cumpriu o papel de formação que seu curso deveria oferecer:

O movimento estudantil foi mais relevante para minha formação enquanto educadora, já que nele tive experiências teóricas e práticas que me levaram a crescer e me desenvolver como profissional e cidadã; estudei educação por conta própria e pude escolher meus mestres; as avaliações foram feitas por mim e pelos meus colegas, me levando a aprender com meus erros; pude escolher quais temas e experiências seriam mais importantes; tive contato muito mais aprofundado com os professores, inclusive de muitas outras áreas e universidades; pude entender o que é a universidade (minha realidade enquanto estudante), como funciona e pensar saídas para seus dilemas atuais.

Dessa forma, Helena nos exemplifica como é importante o envolvimento das pessoas, enquanto sujeitos ativos, na sua aprendizagem. “*Os processos de aprendizado no ME são mais dinâmicos*” (Márcia). A construção do conhecimento no movimento estudantil não é desvinculada de uma situação vivencial, o conhecimento está a serviço de alguma coisa. Justamente por ser um movimento declaradamente político, o conhecimento vai dar sustentação a uma luta política. Surgiram assim opiniões bem fundamentadas sobre essa forma de lidar com o conhecimento no ME.

“*No movimento estudantil o que está em jogo não é um conhecimento objetivo e sim a disputa ou construção de consenso em torno de uma série de interpretações acerca da realidade e de rumos a serem tomados*” (João).

“*Na política, e no movimento, o conhecimento se apresenta e se valida de outra forma. Ele segue uma dinâmica de estruturas organizativas e espaços, se integra pela disputa*

e se resolve pela concordância, está imerso em uma fluidez de percepções temporárias e de disputa de idéias, no qual o convencimento é fundamental” (Bruno).

Entra-se então em um debate muito interessante, a relação do curso com o movimento estudantil. Conseguimos verificar três diferentes posicionamentos. Aqueles que veem no movimento estudantil um papel de possibilitar experiências que não são possíveis hoje na sala de aula: *“foi com o ME que pude ter a vivência necessária a qualquer processo educacional completo” (Juan), “o movimento estudantil é a complementação necessária para o entendimento prático das relações sócio-educacionais e político-educacionais” (Santiago).* Ou seja, algumas pessoas conseguem a complementação no movimento estudantil daquilo que falta no curso, tendo assim uma formação mais completa.

O segundo posicionamento refere-se a pessoas que enxergam que as formações no curso e no movimento se complementam ente si: *“são espaços muito próximos, que se interrelacionam enormemente” (Elis).*

Outros acreditam que o curso e o movimento estudantil não têm relação alguma. Bruno diz que aquilo que aprendeu em cada espaço *“foi contemporâneo e completamente distinto”.*

Independente da interpretação que cada um tem da relação desses dois espaços de formação, se compararmos a maneira de aprender em cada um deles, vamos notar fortes críticas de todos os colaboradores às práticas na sala de aula.

“Na sala de aula pouco se aprende a conversar. Meu curso não tem muitos espaços de diálogo em sala-de-aula. O conhecimento vem só de uma fonte: o professor/a professora que fica lá na frente” (João).

“No ME aprendemos com mais afinco, buscando as informações e refletindo criticamente sobre elas por ser uma necessidade própria. Além disso, no ME o aprendizado tem um fim e altera a ordem das coisas, enquanto nas salas de aula, muitas vezes se aprende um conteúdo que não é vivenciado. É certo que isso não se refere a todos os ambientes escolares de ensino, mas à grande parte dele e à grande parte das salas de aulas universitárias” (Elis).

“O aprendizado do movimento é vivo, pois aprende-se sobre a sociedade enquanto se luta por mudá-la. O conhecimento acadêmico, nas humanas, em geral é conhecimento morto, pois aprende-se sobre a sociedade não em sua mudança” (Paulo).

Nina resume bem essa maneira de se aprender nesses dois espaços: *“uma é prática-expansiva e a outra é teórica-limitativa”* (ela refere-se primeiro ao movimento estudantil e depois ao curso). O que ela está trazendo é o conceito da práxis. Todos estão questionando

sobre até que ponto a maneira de se aprender na sala de aula está contribuindo significativamente para suas formações.

No movimento estudantil, mesmo com a percepção que se tem de uma aprendizagem mais viva, pela práxis, verificamos contradições em suas ações. Ao mesmo tempo em que nosso objetivo maior de cada ação é a transformação da realidade, nossas práticas acabam se distanciando desses objetivos quando nos limitamos a discutir e atuar em um grupo fechado. Os fins acabam sendo a disputa e as ações se tornam vazias dentro dos limites da pouca participação no movimento estudantil: *“não gosto das disputas internas que não têm nenhuma conexão com a realidade das coisas, como se o ME fosse um mundo a parte da nossa vida” (Juan).*

- **Formação no curso *versus* formação no movimento estudantil**

A diferença da formação do curso em relação ao movimento estudantil fica evidente quando perguntamos aos sujeitos quais foram os momentos mais importantes no curso e os momentos mais importantes no movimento estudantil.

No curso o que ficou marcado foram três espaços: aqueles se relacionam com o ME (como as reuniões de departamento ou o Centro Acadêmico, por exemplo); os espaços de construção de vínculos pessoais; e os espaços predominantemente acadêmicos. Chamou atenção a quantidade de citações dos momentos marcantes do curso relacionado às práticas ligadas ao movimento estudantil, afinal a trajetória do curso é inerente ao movimento estudantil, já que a condição básica para participar dele é ser estudante.

Foi citada a experiência no PET, no Centro Acadêmico, a representação discente nos departamentos e conselhos, projetos de extensão, etc. Elis colocou que *“foi difícil de lembrar algum que não estivesse relacionado ao ME ou a outras movimentações dentro da UnB!”*. É interessante perceber que, aquilo que marca no curso, é justamente o que sai do habitual das aulas. Nessa percepção, outro ponto bastante citado, por cinco pessoas, foram os espaços de construção de vínculos pessoais. Assim, foi marcante no curso para 4 pessoas, as amizades construídas, além disso foram citados as relações com professores e colegas, e as viagens e festas.

Quando relacionada às experiências acadêmicas, se menciona momentos marcantes ligados a pesquisa como: *“quando escrevi minha monografia e me dediquei intensamente a entender uma linha de pensamento” (Arthur)*, *“quando apresentei um trabalho no congresso da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais)” (Márcia)*, ou então nos momentos de extensão. As aulas e o ensino também foram citados, uma ou duas que

chamaram mais atenção, além de alguns professores que conseguiram marcar a passagem pelo curso.

No geral as pessoas pensaram em momentos que marcaram positivamente, somente a Nina pensou em um momento que a marcou, porém negativamente: *“eu estava na aula apresentando um trabalho e uma professora falou para mim que uma aluna não tem a capacidade de analisar coisa alguma, que no máximo poderia fazer um esforço reflexivo”*. Isso mostra um exemplo do como a sala de aula pode ser totalmente oposta às práticas do movimento estudantil, onde a opinião e posições das pessoas são o instrumento de trabalho.

É interessante perceber que as atividades importantes para cada um no curso, com exceção dos projetos de extensão, são experiências que ficam marcadas em um plano particular e muitas vezes a partir de um objetivo individual.

No movimento estudantil, o momento que mais pessoas citaram como marcante foi a Ocupação da Reitoria em abril de 2008. Justamente por ser uma experiência em que o movimento estudantil conseguiu com uma ação mais efetiva de mudar a realidade: derrubou um reitor corrupto, e conquistou tanto o apoio da sociedade como a unidade no movimento estudantil. Nesses momentos é que pessoas como esses oito participantes, que entraram no movimento estudantil motivadas a mudar a realidade, finalmente percebem que isso é possível: *“Essas séries de conquistas, depois de anos de militância, me fez reforçar a importância do instrumento do movimento estudantil enquanto transformador da realidade” (Márcia)*.

Márcia aponta para uma série de conquistas, justamente por ter sido um movimento tão forte que conseguiu vitórias pelas quais há muito tempo se lutava, como a paridade nas eleições para reitor e a derrota do candidato que representava o grupo mais conservador da universidade. O aprendizado veio por uma forma autêntica trilhada nos rumos da ocupação, pois a diversidade dos grupos e pessoas que estavam ali era grande. *“Percebemos que com uma organização diferenciada, horizontal, colegiada, franca, conseguimos tocar um processo de mudança muito grande na UnB” (Juan)*.

Outro momento que foi marcante para cinco pessoas, foi a experiência no DCE, tanto concorrendo a uma chapa quanto participando de uma gestão. Isso se deve ao tamanho da responsabilidade que essas pessoas têm quando se dispõem a representar os estudantes de toda a Universidade. Nesse momento as disputas políticas são mais evidentes, assim as habilidades e aprendizados são mais intensos. Quando se participa de uma gestão do DCE, a pessoa vive em constante pressão, e o trabalho e a responsabilidade são muito grandes. O aprendizado é individual, mas acontece por meio de ações e objetivos coletivos. Sobre a experiência no

DCE, Bruno diz que “*nesse momento vivia do movimento, respirava movimento, transpirava movimento e por muitas vezes precisava-se de mais*”.

Além dessas experiências, os colaboradores relataram momentos relacionados a outras lutas: dentro da UnB (ex.: greve de 2005); antes de entrar nela (ex.: luta para saída de diretor na escola); e fora da UnB: ligada às questões mais nacionais do movimento estudantil (ex.: na UNE e nas Executivas de curso) e em lutas mais gerais (ex.: luta contra a ALCA e antiracistas).

Observando os momentos marcantes no movimento estudantil, percebemos como eles estão ligados sempre a conquistas, vivências e ações coletivas. Suas motivações vão além de um interesse individual, e muitas vezes inclusive os anseios pessoais são sacrificados. Já no curso é incentivada uma formação puramente individual: para ter uma profissão que lhe dê renda e que exerça um papel limitado na sociedade, ou somente para o desenvolvimento intelectual da própria pessoa.

Assim, o que o estudante busca no curso são conquistas individuais, como: as notas nas provas, o aprendizado no trabalho, a leitura do texto, a participação na aula; mas nunca se pensa na formação coletiva como um objetivo comum. “*Na formação educacional capitalista a gente aprende a ver nossas derrotas e vitórias numa ótica muito auto-centrada, enxerga um retorno para si mesmo e ignora o coletivo*” (Márcia). Já no movimento estudantil, quanto mais pessoas estão envolvidas, quanto mais gente se forma é melhor para todos e para o movimento. Lá as pessoas têm uma postura mais cooperativa.

Elis se incomoda quando há “*falta de participação e discussão em alguns espaços*” no movimento estudantil. Essa preocupação com a participação do outro é fundamental se acredita-se em uma transformação social. Afinal, ninguém muda nada sozinho. “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens¹⁸ se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p.52)

2.3 A significação do processo formativo: qual o sentido da aprendizagem?

Tentar fazer uma síntese, um fechamento, de tantas idéias que borbulham de experiências ricas e que contribuem para muitas reflexões profundas, é desafiador. Assim, fica mais fácil se conseguirmos organizar as sínteses que os próprios colaboradores fizeram sobre: o que o movimento influencia nas suas perspectivas futuras, sobre qual o significado do

¹⁸ E mulheres.

movimento estudantil para cada um, e sobre o movimento estudantil como espaço formador para eles.

- **O movimento estudantil significa para mim...**

Pedimos para cada um completar a seguinte frase: “O movimento estudantil significa para mim...” Por incrível que pareça o que o movimento estudantil significou para 8 pessoas foi justamente o que deu significado para este trabalho. Ou seja, que o movimento estudantil é um importante espaço de formação. Eis o que eles disseram:

“Um espaço único de aprendizado e formação humana” (Elis).

“Um espaço privilegiado de formação humana” (Nina).

“Uma escola, ainda que só tenha tido este sentido enquanto possibilidade de uma experiência concreta numa luta mais ampla” (Helena).

“Um movimento educador de pessoas, com alcance limitado. Um período importante da minha vida, que muito aprendi e muito sou grato” (Bruno).

“Muito, devo muito a ele pela contribuição significativa para minha formação como educador e como pessoa” (Santiago).

“Uma experiência com acertos e erros. Uma auto-descoberta, desafios na proporção em que foi preciso ter muita coragem. Muitas amizades, aprendizados, e acima de tudo, uma transição em que sei que acumulou para outros que darão continuidade” (Márcia).

“Reformulando minha idéia... o ME significa sim pra mim uma escola... No entanto uma de suas “lições” é a de que dela saio sem pretensões de que agora “sei fazer política”. Saio dessa escola rumo a outras escolas numa perspectiva de educação continuada pra transformação, pra justiça e pra alegria” (João).

“Um espaço de aprendizado e de construção militante, de uma sociedade mais justa, também uma continuação de minha história de luta” (Joaquim).

Para Paulo, mesmo participando do movimento estudantil, não o vê como prioritário, assim fez uma crítica do papel do movimento estudantis nas lutas sociais, coloca: o movimento estudantil significa para mim “*um espaço interessante de expressão e contenção da rebeldia na sociedade*”. Mesmo assim, ele vê a importância do ME como um espaço de formação. Quando perguntado se o movimento estudantil influencia seus projetos de vida, ele diz: “*Influencia, certamente. Participar destes espaços passa por constituir e conceber sonhos. Passa também por um aprendizado enorme em formas de organização, gestão de conflitos, lutas, habilidade discursiva e ampliação das formas de pensamento e vidas*”. Isso

mostra que, independente de perceber o ME como um espaço efetivo de construção de lutas sociais, ainda é um espaço que em todas se mostra como importante espaço formador.

Para alguns, esse aprendizado vai além de certas habilidades e conhecimentos específicos: “*O ME é um grande espaço de aprendizado/formação pra vida*” (Juan); “*no movimento estudantil o aprendizado é mais intenso e é um aprendizado para a vida*” (Sérgio). Não é a toa que estou repetindo os termos que se assemelham, isso demonstra que mesmo pertencendo a grupos diferentes, as pessoas conseguem perceber de formas parecidas o significado e a importância do movimento estudantil como espaço formador.

Essas pessoas mostraram nas suas percepções, algo que se parecia claro: que o movimento estudantil é um espaço rico de formação humana. Nada mais significativo que pessoas que participaram intensamente desse espaço para afirmar que o movimento estudantil propicia aprendizados para a vida, que vai além dos aprendizados recorrentes na sala de aula, onde os objetivos são limitados, como por exemplo, o aprendizado para uma prova totalmente sem sentido para o estudante.

Nas aulas aprende-se para o depois, para o que acha que será importante. Isso não é aprender para a vida. Falta o entendimento de como funciona a sociedade e suas contradições. É necessário que isso seja vivenciado no currículo escolar. Não existindo isto, fica o sentimento, com algumas exceções, que assistir aulas hoje é perda de tempo.

Outra perspectiva bem interessante que algumas pessoas levantaram, foi sobre o movimento estudantil como uma etapa da trajetória de engajamento político que as pessoas desejam trilhar. Assim, não adianta passar por essa experiência formadora rica, se não levarmos a sério os objetivos do para quê lutamos e darmos continuidade naquilo que acreditamos.

*“O ME é **um importante nó numa rede**¹⁹ com potencial de gerar drásticas transformações sociais por meio dos questionamentos pessoais e coletivos, numa permanente disposição crítica – intelectual e prática – de caráter intersubjetivo e cotidiano.*

Em outros nós dessa rede, terei de lidar com os mesmos dilemas que tive que lidar com o movimento estudantil. Dilemas de convívio e transformação social para os quais só é possível encontrar soluções parciais e provisórias. Em outros nós dessa rede, experimentalismo e ação prática também se misturarão, pois não é só na época do ME que nossa militância não prescinde de ousadia e pioneirismo” (João).

¹⁹ Negrito feito pelo próprio sujeito.

Essa preocupação em levar para outros espaços esse aprendizado e esse espírito de luta, seria a consumação de que o movimento estudantil é o que acreditamos ser: um espaço formador com uma educação libertadora. Isso se deve ao fato de que nenhuma formação tem um fim em si mesma, e o processo que vai desde a construção do conhecimento, à experimentação das práticas, até o momento de avaliar e retomar o processo. Como um círculo virtuoso que nunca é definitivo, sempre é contínuo. O movimento estudantil significou *“uma transição em que sei que acumulou para outros que darão continuidade”* (Márcia), *“Saio dessa escola rumo a outras escolas numa perspectiva de educação continuada pra transformação, pra justiça e pra alegria”* (João).

- **O movimento estudantil é um verdadeiro curso de...**

Outra forma de explicar uma síntese do que seria a formação no movimento estudantil, foi a partir de uma frase que pedimos aos sujeitos que completassem: “Poderia dizer que o movimento estudantil é um verdadeiro curso de...”. Seria possível pensar que a maioria das pessoas colocaria que o movimento estudantil foi um curso de “política”, assim como fez o Joaquim. Porém, o que se destacou em seis depoimentos foi a contribuição do movimento estudantil para o aprendizado no convívio social, nas relações humanas, e de forma mais ampla um curso de formação para a vida.

O movimento estudantil acaba cumprindo um papel de formação que é necessário ao ser humano, mas que é pouquíssimo valorizado nos espaços formais: o convívio com o outro. Nas famílias talvez haja uma formação nesse sentido, mas o momento de testar, vivenciar, experimentar, avaliar e refletir o que se acredita como postura moral, é consumado em um ambiente público. No movimento estudantil refletimos e vivenciamos o que é se relacionar com o outro, e não só nas relações políticas, mas no como se relacionar humanamente.

“Ressalto que nessa questão de convívio social, as pessoas do ME adquiram formas diferentes de ver essa coisa. Nesse sentido, não é que o ME me fez internalizar uma forma específica de convívio social que todo militante assimila. O ME me fez refletir cotidianamente sobre que tipo de convívio social considero adequado e transformador....nesse sentido internalizei algumas práticas antigas e rejeitei outras práticas do ME. Essa necessidade de reflexão cotidiana que os ambientes do ME, me fizeram com que eu lentamente mudasse algumas posturas minhas de convívio social” (João).

Ainda em relação ao aprendizado para a vida, Santiago detalha aspectos que marcaram sua formação no movimento estudantil, como: respeito, trabalho, compreensão de vida do

micro para o macro, aprendizado compartilhado. Paulo considera que o movimento estudantil foi um curso de *“formação de gestores, lá se aprende a manusear sistemas, pessoas, mundos”*. Em que momentos da nossa formação tradicional aprendemos aspectos tão relacionados à vida, quanto esses?

- **Perspectivas Futuras**

A partir dessa noção de como o movimento estudantil se diferencia da formação acadêmica, ficamos instigados em saber como essa influência do movimento estudantil atingiria as aspirações e projetos futuros de cada um. Em relação aos projetos profissionais três pessoas colocaram como o movimento estudantil foi importante em suas decisões. Márcia, que faz estatística, coloca: *“Espero me dedicar ao aprofundamento de estudos sobre as políticas públicas de Estado e isso certamente tem interferência da militância, pois todos meus colegas hoje estão em busca de sucesso profissional na área da iniciativa privada”*.

Para além da influência na escolha da profissão, o movimento estudantil influenciou em uma postura responsabilizada que se tem frente os problemas sociais, e que se intenciona levar após a vida na Universidade. Evidenciou-se isso em quase todas as falas nos relatos a seguir:

“Pretendo dar continuidade com uma participação engajada na transformação social através da atuação em entidades da sociedade civil organizada, e ter isso como um projeto de vida” (Nina).

“O compromisso social e com as idéias de uma educação emancipadora serão, sem dúvida, levadas para qualquer espaço em que venha atuar” (Elis).

“O ME foi um processo educativo em minha vida, mas também de responsabilização sobre o caminho de nossa sociedade por meio de nosso papel de agente nos processos históricos” (Bruno).

“Participar destes espaços passa por constituir e conceber sonhos” (Paulo).

Mesmo que seja difícil prever o futuro: *“Embora não saibamos como será o futuro, podemos afirmar que ele é construído por experiências passadas” (Bruno)*, essas experiências podem levar as pessoas a tomarem outros caminhos:

“Muitos estudantes militantes, não por coincidência, tornam-se empresários no momento seguinte, pois desenvolvem enormes qualidades empresariais de liderança e etc. Outros se burocratizam e tornam-se políticos profissionais, afastando-se pouco a pouco de suas opiniões originais (veja o José serra). Pessoalmente não quero que este seja meu caminho, para manter-me convicto às coisas que acredito. Então pensar minha forma de

relação com o mundo, trabalho e sociedade faz parte da compreensão política construída nos espaços de luta do movimento” (Paulo).

Independente dos rumos que as pessoas aqui tomarem, o importante é que há uma conscientização e uma intencionalidade muito forte de permanecer lutando. Assim, da mesma forma que essas pessoas conseguiram se manter fazendo movimentos sociais e políticos em uma conjuntura desfavorável a organização coletiva, sem desistir e desanimar, passando mais de três anos no movimento estudantil de forma atuante, essa vontade de mudar o mundo e essa resistência às adversidades não passa como em um resfriado.

A partir das contribuições de alguns sujeitos-colaborados, finaliza-se este capítulo mostrando que o que o movimento estudantil “ensina” de mais importante é a esperança em um mundo melhor e o comprometimento social. Márcia considera que no movimento estudantil se tem *“um aprendizado que torna as pessoas mais compromissadas com o papel como indivíduo nesta sociedade”*. Para Helena, o movimento estudantil foi um curso de *“como é importante persistir e não abrir mão na transformação do mundo, e que as pessoas juntas são capazes de grandes coisas”*. Nina passou a acreditar *“que os estudantes podem sim analisar uma conjuntura e principalmente transformá-la”*. Ou seja, aprendeu que ela como estudante é um sujeito transformador que pode influir nos rumos da sociedade. Elis fala que aprendeu a se importar com o que não considera justo e a tentar modificar o injusto.

São com as falas dessas mulheres que termino aqui esse diálogo para a construção de conhecimento. Trazendo a perspectiva que, se aproveitarmos o que o movimento estudantil traz em relação à formação para a transformação da realidade, podemos mudar outros espaços de formação, que acabarão ecoando em uma mudança do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse momento de parar para pensar sobre toda a construção deste trabalho, desde sua intenção até sua materialização, perpassa por uma reflexão muito intensa. A pergunta que norteia esse momento é: “Quais são as contribuições deste trabalho?”, dela surgem outras duas: “para quê e para quem essa pesquisa se destina?”.

Como trabalho de pesquisa, instrumento fundamental para sistematizarmos nossa reflexão sobre a prática, ele teve sentido para mim. A partir da minha reflexão sobre a experiência que tive no movimento estudantil percebi que eu tinha aprendido coisas fundamentais nesse espaço, as quais não tinha aprendido nem na escola, nem na faculdade ou na minha família. Porém, essa era uma constatação individual, e para saber se além de mim outras pessoas também tinham essa sensação, precisava aglutinar reflexões e conhecimentos sobre o assunto, de forma organizada, para perceber, enfim, como se dava essa formação e como ela poderia contribuir para os outros processos de formação. Essa era a minha expectativa, claro que eu tinha grandes expectativas.

Adentrar em um tema que fez parte da minha trajetória e que experimentei com todos os sentidos me fez ficar muito à vontade e confortável. Possibilitou que pudesse registrar e criar conhecimentos que não achei em nenhum livro, mas ao mesmo tempo, era necessário fazer o estudo e leitura de textos, de forma mais intensa. Eu estava comprometida com uma idéia, assim não queria desqualificá-la ou torná-la incoerente.

Todo esse processo de encontro com o pensamento dos sujeitos permitiu que acontecesse um diálogo mais fraterno entre as idéias de cada um, pois todos passaram por experiências semelhantes e se angustiaram com assuntos parecidos. Não estavam ali falando do governo, da reitoria, do REUNI, da reforma universitária, dos partidos, dos encontros, da UNE, da CONLUTE, das cotas, das eleições do DCE, do CA, do trote, dos conflitos internos etc. Estavam falando sobre si mesmos, sobre o que aprenderam no movimento estudantil e nesse processo de formação.

Depois de todo o trabalho, principalmente depois dos depoimentos dos colaboradores, percebe-se a formação no movimento estudantil é um aprendizado para a vida. Assim, esta pesquisa contribui na medida em que mostra para os outros espaços, instâncias formadoras, o que o movimento estudantil tem de positivo, não para ser copiado, mas para servir de exemplo. Na educação tradicional estamos tão engessados em modelos totalmente sem sentido para a formação para a vida, que quando mostramos que espaços diferentes, não antes

considerados espaços de formação, vislumbramos a mudança e a possibilidade de outros modelos de ensino-aprendizado.

Outra reflexão importante é que em um mesmo espaço físico – que no caso é a universidade – se possibilita que as pessoas participem de dois espaços de formação tão diferentes, e que por vezes são até contraditórios. Dessa forma, acredito que esse trabalho pode contribuir trazendo uma nova maneira de conceber a educação. Uma educação voltada à discussão e à participação das pessoas, em que elas se sintam incorporadas ao processo e autônomas no seu fazer, em que os embates políticos sejam ferramentas de transformação da sociedade, mostrando que é bom fazer política e que ela se faz no dia-a-dia e em todos os espaços.

Este trabalho retoma a importância do trabalho coletivo; ele próprio foi realizado a várias “mãos”. Nossa cultura hoje está muito voltada para o “eu” fazer, o “eu” criativo, ao individualismo; as pessoas têm preguiça de trabalhar e pensar em grupo. A construção coletiva pode ser demorada, e às vezes não achamos formas menos chatas de construir em conjunto, mas acredito com convicção na força transformadora que o coletivo tem.

Crescemos muito com os outros, aquilo que está posto ao grupo é passível de questionamento, isso faz que as decisões que tomamos sejam mais responsáveis e transparentes. Quando todos estão olhando o outro, ajudando o outro, contribuindo para o espaço coletivo, não é necessário punições ou vigias, a pressão dos acordos coletivos é muito mais significativa e eficaz que a imposição de regras.

Respondendo o “para quem” e “para quê” serve esta pesquisa, está claro que não serve para quem está acomodado, acostumado com o mundo em que vivemos. Mas sim para quem acredita que em cada ação que fazemos, em cada espaço que vivemos, temos a obrigação de transformar. Dessa forma, ele serve *para que* aprendamos com experiências libertadoras, e estes exemplos que vão “contra a corrente” da formação educativa predominante, nos dão esperança de um mundo melhor. Este trabalho poderia ser sobre a Escola da Ponte²⁰, sobre a Vivendo e Aprendendo²¹, ou sobre um projeto de extensão de ação contínua, que também trazem para a realidade uma educação em que acreditamos. No entanto, escolhi falar de um espaço comumente não visto como educativo, mas que incorpora diversos aspectos da formação que são transformadores.

²⁰ Uma escola libertadora em Portugal. Conheça mais em: <http://www.eb1-ponte-n1.rcts.pt/>

²¹ Uma escola libertadora em Brasília. Conheça mais em <http://www.vivendoeaprendendo.org.br/>, ou fazendo uma visita!

A perspectiva deste trabalho é que tanto as pessoas que estão dentro dos movimentos políticos e sociais compreendam a importância do que estão fazendo, e que levem esse aprendizado para os outros espaços de atuação que enfrentarão (principalmente aos espaços educativos), quanto para as pessoas que estão “de fora”, dêem mais credibilidade ao trabalho e dedicação do movimento estudantil, e levem dessa experiência relatada aqui, aprendizados significativos. Além dessa perspectiva, a pesquisa visa incentivar outras pessoas que passaram por diferentes experiências marcantes e transformadoras, a registrá-las e a sistematizá-las: tudo aquilo que acreditamos ser positivo devemos semear para todos os lados. Como cantou Chico Buarque na canção Bom Conselho: “Eu semeio o vento na minha cidade, vou para a rua e bebo a tempestade”.

Este trabalho não pretende ser um fim nem um começo, mas a continuação de um processo de construção. Assim, aponta como sugestão pensarmos maneiras para interferir de forma mais direta nos ambientes educacionais na universidade. O movimento estudantil poderia influenciar muito mais para as mudanças nas relações entre docente-discente, na dinâmica da sala de aula, na configuração dos currículos dos cursos, etc.

Finalmente, acredito que este trabalho conseguiu o reconhecimento do movimento estudantil como um espaço efetivo de formação no domínio e construção de saberes, no desenvolvimento de habilidades e competências de expressão e comunicação, de construção coletiva e democrática, de formação política e de cidadania, enfim, de formação humana libertadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AQUINO, Maria Aparecida. In: SOARES, Regina. *Movimento estudantil de 1968 representa luta contra opressão no mundo, diz professora*. Folha Online. 05/05/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397995.shtml>>. Acesso em: 22 de novembro de 2008.

BORDENAVE, Juan Diaz. *A Pedagogia da Problematização na Formação dos Profissionais da Saúde*. (não há referência)

_____. *Alguns fatores pedagógicos*. In: Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos CADRHU (J. P. Santana & J. L. Castro, org.), pp. 261-268, Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN, 1999.

BORDENAVE, Juan Diaz. PEREIRA, Adair Martins. *Estratégias de Ensino e Aprendizagem*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o Método Paulo Freire*. Coleção Primeiros Passos, 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BARRA 68 – sem perder a ternura. Produção de Vladimir Carvalho. Brasília: Rio Filmes, 2000. (80 min)

D'ARAÚJO, Maria Celina. *AI-5. O mais duro golpe do regime militar*.

Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm>. Acesso em: 22 de novembro de 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. ALVES, Rubem. *Fomos Maus Alunos*. Campinas: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'água, 1997.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: o Cotidiano no Professor*. 10ª ed. Trad. Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, Moacir. *Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã*. In: Salto para o Futuro: Construindo a Escola Cidadã – Projeto Político Pedagógico. Brasília, SEED - MEC, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Thomsom/Pioneira, 2002.

GUERESI, Simone. *Os Paradoxos da Participação Associativa*. Pequenas Notas – Boletim Informativo da Associação Pró-Educação Vivendo e Aprendendo. Nº 2/2008 Brasília, outubro de 2008.

GURGEL, Antonio de Pádua. *A Rebelião dos Estudantes (Brasília, 1968)*. 2ª ed. Brasília: Editora Revan, 2004.

Manifesto de Córdoba, 1918 - Reforma universitária. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/399447.shtml>> Acesso em: 13 de outubro de 2008.

MARTINS, Franklin. *Prefácio do livro*. In: GURGEL, Antonio de Pádua. *A Rebelião dos Estudantes (Brasília, 1968)*. 2ª ed. Brasília: Editora Revan, 2004.

MENDES JR, Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. Coleção Tudo é História, Brasiliense, 1981.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, Cultura e Política: Os movimentos estudantis na contemporaneidade*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4430> Acesso em: 8 de outubro de 2008.

MISCHE, Ann. *Redes de Jovens*. Revista Teoria e Debate – Fundação Perseu Abramo, nº 31 abril/maio/junho. São Paulo, 1996.

POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5ª Ed. Ilustrada, ver., ampl. e atuali. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

VIANA, Altemir Pereira. *Grupos no Movimento Estudantil no Brasil*. In: Monografia: Grupos Políticos e Estratégias no Movimento Estudantil no Amazonas. Defendida em Março, Manaus - AM, 2001. Acesso em: 26 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.eerp.usp.br/Eventos/IVEPETUSP/docs/Gruposno%20ovimentoEstudantilnoBrasil.htm>>

ANEXOS

Anexo 1: Linha histórica dos principais acontecimentos do movimento estudantil: ²²

1710 - Mais de mil soldados franceses invadiram o Rio de Janeiro, jovens estudantes de conventos e colégios religiosos enfrentaram os invasores, vencendo e expulsando-os.

1786 - Doze estudantes brasileiros residentes no exterior fundaram um clube secreto para lutar pela independência do Brasil e desempenharam papel fundamental na Inconfidência Mineira.

1827 - Fundada a primeira faculdade no Brasil, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco (São Paulo/SP). Este foi o primeiro passo para o desenvolvimento do movimento estudantil, que logo integrou as campanhas pela Abolição da Escravatura e pela Proclamação da República.

1897 - Estudantes da Faculdade de Direito da Bahia publicam as atrocidades ocorridas em Canudos (BA), através de um documento escrito.

1901 - Fundação da Federação de Estudantes Brasileiros, que iniciou o processo de organização dos estudantes em entidades representativas.

1914 - Estudantes tiveram participação significativa na Campanha Civilista de Rui Barbosa, ocorrida em meados do século XX, e na Campanha Nacionalista de Olavo Bilac, promovida durante a 1ª Guerra Mundial.

1932 - Morte de quatro estudantes (MMDC) impulsiona a revolução de São Paulo contra o Governo Central (Revolução Constitucionalista).

1937 - Criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), a entidade brasileira representativa dos estudantes universitários.

1942 - Passeata estudantil antitotalitária, com mais de mil estudantes contra o nazi-fascismo e a ditadura Vargas.

1952 - Primeiro Congresso Inter-americano de Estudantes, quando se organizou a campanha pela criação da Petrobrás - “O Petróleo é Nosso”.

1962 - A greve de um terço.

1963/64 - Os estudantes foram responsáveis por um dos mais importantes momentos de agitação cultural da história do país. Era a época do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, que produziu filmes, peças de teatro, músicas, livros e influenciou toda uma geração até os dias de hoje.

1964 - Em 1º de abril, o Golpe Militar derrubou o presidente João Goulart. A partir daí, instala-se a ditadura militar no Brasil, que durou até o ano de 1985. Os estudantes formavam uma resistência contra o regime militar, expressando-se por meio de jornais clandestinos, panfletos, pichações, músicas e manifestações, apesar da intensa repressão.

1968 - Em março, morre o estudante Edson Luís, assassinado por policiais no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. No congresso da UNE, em Ibiúna, os estudantes se reuniram para discutir alternativas à ditadura militar. Houve invasão da polícia, todos os estudantes foram presos, evidenciando a repressão e a restrição à liberdade de expressão que eram marcas características desse período. Em junho de 1968 ocorre a passeata dos “Cem Mil” reunindo artistas, estudantes, jornalistas e a população em geral, que se manifestaram no Rio de Janeiro contra os abusos dos militares.

1969 - Com o AI5 em vigor, com a censura prévia em todos os órgãos de comunicação, proibidas as manifestações, atos e reuniões. Com a repressão livre para efetuar prisões sem a necessidade de mandato judicial, o Brasil, começa a viver um dos períodos mais negros da sua história, com prisões em massa, torturas, exílios, humilhações e perseguições. Neste momento o movimento estudantil com toda a sua liderança caçada e perseguida acuado pela ditadura,

²² Fonte: GERIR, Salvador, v. 8, n. 24, p. 15-77, mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.liderisp.ufba.br/modulos/gremio.pdf>>, com inclusões.

radicaliza e a maior parte de sua militância engrossa as fileiras das organizações revolucionárias que defendem a luta armada contra a ditadura.

1979 - As entidades estudantis começam a ser reativadas. Acontece a primeira eleição por voto direto na história da UNE, quando é eleito o presidente baiano Rui César Costa e Silva.

1984 - “1, 2, 3, 4, 5000... Queremos eleger o presidente do Brasil!!!” “Diretas Já!” - Movimento da população, com participação fundamental dos estudantes e dos políticos progressistas, para a volta das eleições diretas para presidente no Brasil. O congresso votou a favor das eleições indiretas e Tancredo Neves foi nomeado presidente para o próximo mandato (a partir de 1985). Ficou decidido que as próximas eleições, em 1989, seriam diretas. Depois de 34 anos de eleições indiretas Fernando Collor de Melo é eleito presidente.

1992 - Acontecem sucessivas manifestações nas ruas contra o governo, dando início ao movimento de estudantes chamado “Caras Pintadas”, que resultou no Impeachment do então Presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Atualmente – a legitimidade da UNE passa a ser questionada, principalmente pelo alinhamento político pouco crítico ao governo Lula, e também devido a permanência do mesmo grupo político durante muitos anos na direção majoritária da UNE. A Reforma Universitária passa por diversas discussões e reformulações desde o governo FHC.

Anexo 2: Instrumento escrito entregue aos sujeitos-colaboradores

Querido/a Colega,

Esse instrumento faz parte da minha pesquisa de Trabalho Final de Curso que será sobre **a formação no movimento estudantil**. Gostaria de contar com a sua colaboração, afinal, como participante do Movimento Estudantil, você traz consigo muitas experiências importantes que devem ser compartilhadas. A intenção é que esse trabalho ajude a registrar a sua participação e possa contribuir para o próprio movimento estudantil, assim, não é um trabalho apenas meu, visto que você é convidado a construí-lo em conjunto. Por isso, peço que reflita bastante sobre cada questão e use a maior sinceridade e autenticidade possível. As perguntas e frases a completar não são camisas de força, por isso, tudo aquilo que desejar colocar e que por acaso não caibam nas perguntas ou nas linhas, não se intimide!

Quero deixar claro também que você não precisa se identificar e que terá à sua disposição o trabalho finalizado e todos os resultados dessa pesquisa!

**Abraços,
Mônica Padilha Fonseca**

1. Qual é a sua idade?
2. Qual o curso você faz/fez na UnB?
3. Quando você entrou na UnB?
4. Caso você já tenha concluído o curso, qual o ano da conclusão?
5. Há quanto tempo você participa/participou do movimento estudantil universitário?
6. Você já participava do movimento estudantil antes de entrar na universidade? Se já, onde?
7. Como foi sua entrada no movimento estudantil?
8. Quais foram as principais motivações que o/a levaram a participar e permanecer no movimento estudantil?
9. Em que espaços você atua/atuou no movimento estudantil (CA, DCE, executiva, representação discente, grupos organizados, outros)?
10. Você se envolveu em outros espaços/projetos/movimentos dentro da universidade ou fora dela? Quais?
11. Você se identifica com algum grupo político ou ideologia política? Se sim, qual/quais?
12. O seu contexto sócio-cultural e/ou familiar influenciam na sua militância social? Como?

13. Em que medida a sua trajetória no curso e a atuação no movimento estudantil se relacionam/relacionaram?

14. O movimento estudantil influenciou ou influenciará na sua atuação profissional e de projetos de vida? Por quê? Como?

Essa é segunda etapa desse instrumento. Complete as frases a seguir usando quanto tempo e palavras forem necessárias...

1. No movimento estudantil aprendi...
2. Os momentos mais marcantes da minha experiência no movimento estudantil foram...
3. Se comparar *a maneira* de aprender no movimento estudantil com *a maneira* de aprender nas aulas do meu curso, poderia afirmar que...
4. O que levo de mais importante do meu curso...
5. O que eu não gosto no movimento estudantil...
6. Os momentos mais marcantes da minha formação no curso foram...
7. O que mais mudou em mim após a participação no movimento estudantil foi...
8. Comparando *o que* aprendi ao longo do movimento estudantil e no meu curso, penso que...
9. Poderia dizer que o movimento estudantil é um verdadeiro curso de...
10. O movimento estudantil significa para mim...

Caso queria acrescentar algo que considera oportuno, mas que não explicitou ainda, esse espaço está aberto para isso: